



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

RESOLUÇÃO CONSEPE N° 163 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr (1ª Licenciatura), a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições *ad referendum* do mesmo Conselho, e, considerando:

- o Processo N° 23855.008046/2023-43

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, vinculado ao Edital N° 23/2023 CAPES, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa e a necessidade de sua regulamentação.


João Paulo Sales Macedo
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
DELTA DO PARNAÍBA



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

PARNAÍBA- 2023



Documento assinado digitalmente
JOAO PAULO SALES MACEDO
Data: 18/12/2023 14:47:01-0300
Verifique em: <https://validar.itl.gov.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

PARNAÍBA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no segundo semestre de 2024 conforme Edital No. 23/2023 CAPES

PARNAÍBA - 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

REITORIA

João Paulo Sales Macedo - Reitor

Vicente de Paula Censi Borges - Vice-Reitor

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Moyses Barbosa da Silva Filho - Prefeito Universitário

Cátia Regina Furtado de Costa - Biblioteca Central Cândido Athayde

Arethusa Dantas Pereira - Escola de Aplicação Ministro Reis Velloso

PRÓ-REITORIAS

Antonio Liuésjhon dos Santos Melo - Pró-Reitor de Planejamento

Leonardo Costa e Silva - Pró-Reitor de Administração

Aurélio Vinicius Araujo Silva - Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo - Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Jefferson Soares de Oliveira - Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e
Inovação

Francisco Jander de Sousa Nogueira - Pró-Reitor de Extensão

Gilvana Pessoa de Oliveira - Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Valberto Barroso da Costa - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e
Comunicação

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR**

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Coordenação Institucional do Parfor

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

Prof. Dr. Cleidivan Alves dos Santos

Profa. Dra. Clóris Violeta Alves Lopes

Profa. Dra. Francisca Maria de Sousa

Profa. Dra. Heloisa Marques

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Portaria n.626 de 07 de dezembro de 2023

(Comissão Geral para Proposta do Edital Equidade)

Portaria n.628 de 07 de dezembro de 2023

(Comissão Educação Especial Inclusiva do Edital Equidade)

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SIGLA: UFDPAR

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 33.519.114/0001-00

ENDEREÇO: Campus Ministro Reis Veloso

Avenida São Sebastião, 2819

Bairro Nossa Senhora de Fátima

CEP 64202-020

CIDADE: Parnaíba - Piauí

TELEFONE: (86) 99451-0372 Reitoria

E-MAIL:

PÁGINA ELETRÔNICA: WWW.UFDPAR.EDU.BR

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

CÓDIGO DO CURSO:

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução Nº

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado (a) em Educação Especial Inclusiva

MODALIDADE: Ensino Presencial Modular

DURAÇÃO DO CURSO: Mínimo: 04 anos Máximo: 05 anos

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital No.23/2023 específico PARFOR Equidade

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 100 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital

específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

ESTRUTURA CURRICULAR:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.160	144
Disciplinas Optativas	120	08
Trabalho de Conclusão de Curso	120	08
Atividades Complementares	120	08
Atividades Curriculares de Extensão	330	22
Estágio Supervisionado Obrigatório	420	28
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.270	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 . Justificativa

1.2 Contexto regional e local

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAR e do Curso

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

2.2 Objetivos do curso

2.3 Perfil do egresso

2.4 Competências e Habilidades

2.5 Perfil do corpo docente

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

3.2 Fluxograma

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e TCC

3.4 Metodologia

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

4.2 Apoio ao discente

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas obrigatórias

6.2 Disciplinas optativas

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física

7.2 Infraestrutura acadêmica

7.3 Biblioteca

REFERÊNCIAS

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a proposta de criação e implementação do Curso PARFOR de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no *Campus Ministro Reis Veloso* da cidade de Parnaíba-PI, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Neste projeto pedagógico são apontados os objetivos que nortearam a criação desta licenciatura e serão também apresentados os elementos que estruturarão o funcionamento do curso: o perfil do profissional a ser formado, definição do egresso, descrição e articulação dos componentes curriculares, metodologia e avaliação curricular, matriz e ementas das disciplinas, regulamentação do estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares para o plano de implantação do curso.

Esses elementos do projeto tiveram como base teórica as referências da área específica e dos documentos legais da Legislação brasileira e diretrizes consideradas com o disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação. Também são consideradas nesta proposta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.02, de 11 de fevereiro de 2001); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (Resolução CNE/CP, n.1, de 18 de fevereiro de 2002) e a Resolução que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior (Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002).

A idéia de implementar um curso de Educação Especial Inclusiva de natureza Parfor na segunda maior cidade piauiense, decorre da urgente importância de contribuir para que se concretize no estado e seu redor, o Direito à Educação preconizado na Constituição Brasileira desde 1988. Características sociais e epidemiológicas regionais contribuem para as condições desfavoráveis

ao sistema educacional da população, desde o modo como os serviços de atendimento especializado para indivíduos com necessidades especiais são organizados e disponibilizados com inúmeras dificuldades no acesso, destaca-se também a carência de profissionais da educação especial, fator determinante que tem contribuído para a não resolatividade do sistema de educacional inclusivo, resultando no aumento constante na precarização e baixa qualidade do sucesso escolar e na permanente insatisfação dos próprios indivíduos com o sistema educacional.

Desta forma, a UFDPAr atenta a realidade da região em que está posicionada e de sua população, propõe este projeto afim de minimizar esta problemática no sistema educacional. Por meio da articulação de parcerias com os gestores das Secretarias de Educação no âmbito dos municípios que se encontram vinculados à área de abrangência da universidade, visando desenvolver com a rede educacional publica existente os cenários de prática da formação, especialmente com as Prefeituras Municipais.

Conscientes da dimensão desta proposta quanto a sua complexidade e do desafio a que se propõe a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, o desenvolvimento da proposta deste projeto foi um grande desafio para a comissão docente que produziu o material, com o olhar no futuro pela concretização da missão da universidade que visa produzir e tornar acessível o conhecimento científico para todos sem distinção.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

O homem historicamente foi reconhecido como membro social por meio do trabalho e sua capacidade de força laboral sendo então, considerado adequado ou inadequado socialmente, a partir de sua capacidade produtiva. Aqueles indivíduos que não conseguiam se desempenhar na denominada “cadeia produtiva” de forma satisfatória aos valores sociais característicos de sua época, em decorrência de alguma deficiência ou necessidade específica, estes eram segregados e privados de qualquer forma de instrução ou participação social. Tempos de grande desigualdade e segregação que ainda refletem em muitas partes ao redor do mundo e ao redor do próprio Brasil, uma realidade dura e condenatória.

A garantia de direitos humanos básicos para todas as pessoas, sendo as mesmas com necessidades educacionais específicas (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) e/ou com transtornos funcionais específicos (pessoas com dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia) demorou historicamente muitos séculos para se consolidar na sociedade como algo aceitável e possível e só aconteceu mediante intensa luta política e mobilização da sociedade civil organizada.

Dispositivos legais brasileiros como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), deram o início oficialmente a democratização do acesso à educação regular para as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Com a implementação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica - TEC NEP, pudemos observar que o número de matrículas de estudantes com necessidades educacionais específicas na Rede de Ensino cresceu gradativamente, conforme os dados

dos últimos Censos escolares, contudo de maneira aquém as necessidades de nossa sociedade.

Nesta crescente demanda e contexto educacional de estudantes com necessidades educacionais específicas nas salas de aula regulares, fruto do sucesso das políticas públicas de educação na intenção de garantir o acesso garantido a este alunado à educação, evidencia-se igualmente a necessidade da garantia de espaços e implementação de ações formativas para toda a comunidade escolar, tendo em vista a construção de práticas realmente inclusivas, uma vez que apenas garantir o acesso não assegura a permanência nem a conclusão com êxito destes estudantes no sistema educacional brasileiro.

Dessa forma, uma instituição como a UFDPAr, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania, com a produção e a socialização do conhecimento, com a garantia do direito de todos à educação e com a política de formação continuada, necessita da oportunidade de ofertar o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva para graduados que atuam ou pretendem realizar estudos, desenvolver pesquisas e demais atividades no campo da educação especial e/ou inclusiva. Nessa perspectiva, a instituição será capaz de contribuir efetivamente para a produção e socialização de conhecimentos e consequentemente, contribuir para o crescimento pessoal e profissional dos sujeitos como seres históricos e cidadãos de direito reconhecido.

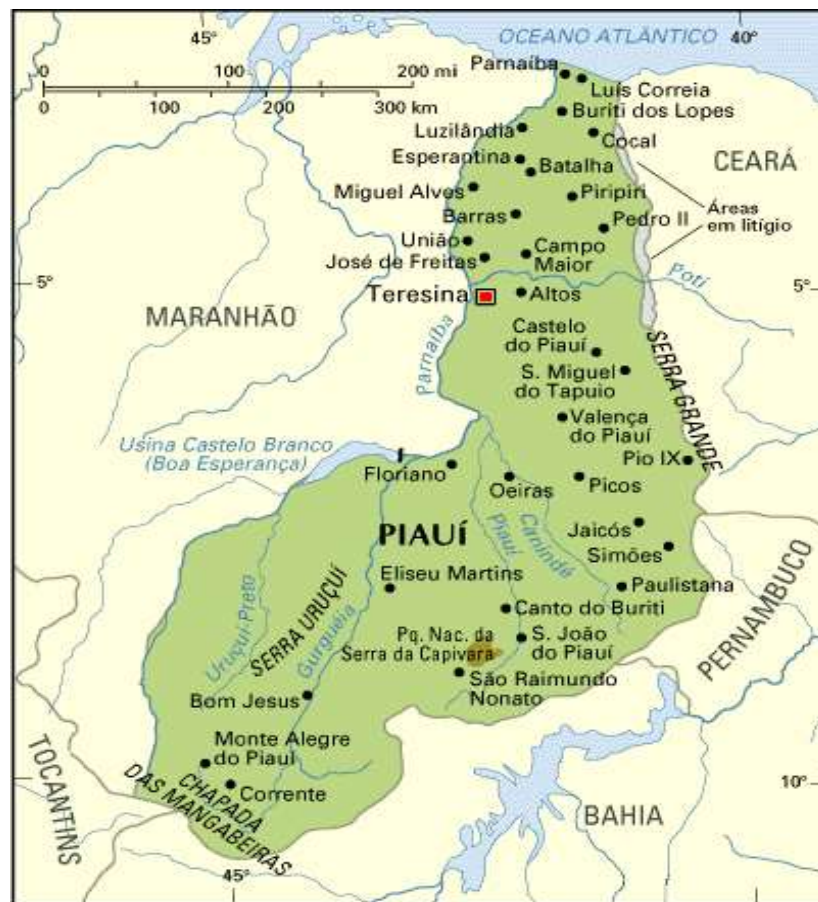
1.2 Contexto regional e local

O Piauí está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km²). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; a Bahia, a sul e sudeste; o Tocantins, a sudoeste; o Maranhão, a oeste; e ao norte é delimitado pelo Oceano Atlântico (Vide Figura 1).

Em face das grandes dimensões territoriais do Estado faz-se necessária a criação de cursos de distintas naturezas em outras cidades além da capital, a fim de ampliar a oferta de serviços à população de maneira logística viável.

Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando três características distintas: 1) do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; 2) da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e 3) do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

Figura 1: Mapa do território geográfico do Estado do Piauí



Fonte: <https://www.pi.gov.br/>

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros estados. O nome Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subafluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos piaus, rio dos peixes pintados (SEPLAN, 2023).

Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolândia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato.

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo. A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

Em agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

De acordo com último censo demográfico, a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

No ranking do país é o 18o estado mais populoso, o 17o em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11o em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25a colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas. Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais, 34,1% da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima do dobro da média nacional que é 15,2%.

A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6%. Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira reflete em outros indicadores sociais, como a expectativa de vida, de aproximadamente 71 anos no estado, em comparação a 74 anos da média do país; outro dado é a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de média 9 anos, também menor que a média do Brasil de 9 anos, sendo o estado brasileiro com o índice mais baixo de expectativa da população em relação aos anos de estudos.

Quadro 1-Região Geográfica Meio Norte, com distribuição de dados sobre área, população e densidade demográfica

REGIÃO	ÁREA (km²)	POPULAÇÃO (habitantes)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./ km²)
Maranhão	28.311	506.032	17,87
Lençóis Maranhenses	10.717	159.238	14,86
Alto Munim	9.287	174.894	18,83

Piauí	23.623	638.978	27,05
Delta do Parnaíba	5.921	263.790	44,56
Planície Litorânea	8.306	171.900	20,7
Cocais	17.702	375.188	21,19
Ceará	14.063	710.663	50,53
Litoral Oeste	9.326	373.908	40,09
Ibiapaba	4.736	336.755	71,1
Total Geral	65.997	1.855.673	28,11

Fonte. IBGE. Estimativa Populacional, 2008.

As principais atividades econômicas do estado são: a) indústria - química, têxtil e de bebidas; b) agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar, soja e mandioca; c) pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

Parnaíba, é a cidade mais populosa da Região Norte do estado e constitui-se em polo educacional de atendimento a outras cidades do Maranhão, do Ceará e outros territórios do Piauí, configurando a Região Geográfica Meio Norte. Para o Grupo de Trabalho Interministerial criado para elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico da Região, que trabalhou com dados anteriores ao Censo de 2010 (Brasil, 2008), a área abrangia uma população de 1.855.673 habitantes (Vide Quadro 01).

O referido curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva também se justifica pelo ideal da UFDPAr de ter como desafio impulsionar o crescimento do cenário educacional e cidadania piauiense, seguindo com sua identidade institucional, baseada nas características e expectativas da realidade local e sociedade.

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal do Delta do Parnaíba está inserida, numa sociedade piauiense que acalenta por décadas o sonho de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí, assim reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, sendo comprometida com o desenvolvimento socioeconômico de modo inovador e sustentável. Para isto a UFDPAr define a sua missão em promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem

em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFDPAR e o seu papel como instituição pública, representando assim os seus valores em cinco pilares, a saber:

- I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;
- IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

No atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFDPAR entende que existe necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAR e do Curso

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), instituição de ensino superior, de pesquisa e extensão, é pessoa jurídica de direito público mantida pela União, criada pela Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com integração do Campus Ministro Reis Velloso, sede e foro no município de Parnaíba, Estado do Piauí. É uma Autarquia Educacional, vinculada ao Ministério da Educação, dotada de autonomia didático-pedagógica e científica, administrativa e de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, nos termos da Constituição, regendo-se pela

legislação federal, pelo presente Estatuto, pelos Regimentos e Resoluções emanadas de seus Conselhos Superiores.

A UFDPAr fica situada no extremo norte do Estado do Piauí, distando, por via rodoviária, de 354 quilômetros de Teresina. É localizada à Av. São Sebastião, nº 2819, CEP 64202-020, em Parnaíba-PI. O município de Parnaíba possui uma população de mais de 140 mil habitantes, sendo o segundo mais populoso do Estado. É um dos quatro municípios litorâneos (além de Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia) do estado, sendo possuidor de belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro da cidade, na região denominada de Porto das Barcas, existem inúmeros imóveis históricos. O município desponta como importante centro turístico piauiense, sendo a principal base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí, o Delta do Rio Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e a Costa Oeste do Estado do Ceará.

A região do Delta do Parnaíba unifica regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, por suas características históricas geográficas, biológicas e sociais, econômicas e culturais. Nesta região a cidade de Parnaíba ocupou historicamente uma posição de destaque quando ocorreram dois ciclos econômicos de significado nacional, o primeiro baseado na produção de charque e o segundo na produção da cera de carnaúba. Hoje, apesar da perda da posição de destaque econômico nacional, Parnaíba ainda é a cidade motora do desenvolvimento desta região por meio de suas escolas, feiras, hospitais, órgãos governamentais, bancos e seu comércio, que servem e sustentam esta comunidade de tríplice subordinação territorial.

Parnaíba é a maior cidade da região do delta, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região. Possui uma boa infra-estrutura urbana com hospitais, escolas, comércio variado, uma singela rede hoteleira, um campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Outros municípios como Luís Correia, Ilha Grande, Cajueiro da Praia, Joaquim Pires, Bom Princípio, Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas (no Estado do Piauí), Araisos, Tutóia, Paulino Neves, Magalhães de Almeida e Água Doce (no Estado do Maranhão), Chaval, Barroquinha, Granja, (no Estado do Ceará) dependem da infraestrutura já implantada em Parnaíba para a manutenção das necessidades de vida diária de suas populações.

Cumprindo seus princípios e visando cumprir sua missão, incorporando valor e resultados à sociedade a qual serve, a UFDPPar norteia-se pelos seguintes princípios:

- a) é a educação superior um bem público e gratuito, a ser incorporado à sociedade com qualidade acadêmica e pertinência social;
- b) do reconhecimento da universalização do conhecimento e da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) do apoio às tecnologias e inovações sustentáveis;
- d) do pluralismo (da pluralidade) de ideias, de pensamento e da interculturalidade;
- e) da democratização da educação e da equidade na oportunidade de acesso e na permanência;
- f) da liberdade acadêmica sem discriminação de qualquer natureza, da promoção da cultura de paz, dos direitos humanos e da democracia, como elementos pedagógicos e organizativos da universidade;
- g) do respeito à diversidade e combate a todas as formas de intolerância e discriminação;
- h) da valorização da cultura, manifestações artísticas e populares;
- i) da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade;
- j) da laicidade, da liberdade religiosa, de credo e não credo;
- k) da adequação em prioridade, do desempenho da Universidade às demandas regionais;
- l) da integração da Universidade, através de atividades acadêmicas, com todas as ofertas educacionais desenvolvidas por outros sistemas de ensino;
- m) da integração da Universidade aos sistemas produtivos, no âmbito das políticas públicas, setores da sociedade civil e de desenvolvimento comunitário;
- n) da interdisciplinaridade das áreas de conhecimento; o) do avanço do conhecimento e atualização em todos os campos do saber.

Conforme estabelecido pela lei de criação da UFDPPar, está orientada ao seguinte objetivo: ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, promover extensão universitária e concretizar sua inserção regional. Deste objetivo primordial a UFDPPar derivou objetivos com maior nível detalhamento que constam em seu Estatuto.

Em reunião ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba foi aprovado como sendo sua missão, valores e visão:

- Missão: Formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais, políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais;
- Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão de qualidade, capazes de gerar e transferir conhecimentos que atuem e se integrem aos diferentes contextos sociais, encontrando soluções sustentáveis e inovadoras que contribuam no desenvolvimento local, regional e global;
- Valores: Ética, Coletividade, Desenvolvimento, Integridade, Respeito, Trabalho em Equipe, Equidade e Ciência.

O curso proposto de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva terá como alicerce toda a experiência e todo aprendizado que acompanham o histórico de sucesso do curso de graduação de Pedagogia de nossa instituição. A licenciatura em Pedagogia do Campus Ministro Reis Velloso (UFPI-CMRV) em Parnaíba, nasceu na década de 1980 e contou com a participação da classe trabalhadora diante de uma realidade contraditória, num campus universitário que surgiu da necessidade industrial, uma afirmação empresarial piauiense da década de 1970. Esse curso foi direcionado para formação em Licenciatura Plena - Magistério de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e para disciplinas pedagógicas do Curso Normal (Currículo nº 4014-7).

Em 1994, o curso de Licenciatura em Pedagogia necessitou reformular seu currículo para atender à necessidade de aprofundamento teórico e prático nas áreas de formação e habilitação profissional. Desse modo, foi apresentada à universidade uma proposta de reformulação respaldada legalmente pela Portaria MEC nº 399/89, pela Resolução nº 02/69 do CFE e pela Portaria MEC nº 12/94.

A Resolução nº 093/94 aprovou as mudanças no curso de Pedagogia em Parnaíba. O documento foi aprovado e contém informações relativas às necessidades do curso de Pedagogia e sua inserção na instituição. Em 2004 e 2005, com aprovação em 2006, foi novamente reformulado, modificando a área

de formação, incluindo além da Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental a Gestão Educacional (currículo nº 4150-1). Essas alterações fundamentaram-se nas diretrizes e linhas de ação da política de formação dos profissionais da educação definidas pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 e pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resoluções 01 e 02/2002 do Conselho Nacional de Educação e Documento Norteador elaborado pela Comissão de Especialista de Pedagogia – SESU – MEC para Autorização e Reconhecimento do curso de Pedagogia.

É muito importante mencionar a relevância de instalar o Curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva no contexto em que está inserida a UFDPAR, em relação a educação e as demandas locais da área de conhecimento especificamente e contextualizar como ele está articulado às políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFDPAR.

A Educação Especial Inclusiva tem se solidificado de forma paralela ou independente dos movimentos da educação regular em todo território brasileiro, visto a necessidade urgente de universalização do acesso do sistema educacional para todos, pretendendo ser democrática e sem mecanismos de exclusão e seletividade social. Para alcançar este objetivo necessitamos da construção de uma escola brasileira pública de melhor qualidade para todos, garantindo que as especificidades da educação de pessoas que vivem em situação de deficiência sejam respeitadas. A realidade atual da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na região que abrange a UFDPAR está caracterizada por um sistema dual, com um frágil sistema marcado pelo assistencialismo filantrópico com patrocínio difuso de várias instâncias do poder público e, por um sistema educacional ainda mais fragilizado, que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar desta parcela da população sem a formação necessária dos profissionais envolvidos.

Este contexto em nossa região representa um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens que vivem

em situação de deficiências, bem como desafio também para os futuros profissionais da Educação Especial, que deveriam ser preparados para uma atuação comprometida e com uma visão crítica da política educacional, respaldados com a ideologia da educação inclusiva, com o espírito de luta pelo fortalecimento da escola pública e pela universalização do acesso à escola para todos sem barreiras.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

2.1 Princípios curriculares e especificidades do curso

Os princípios curriculares que nortearão o curso estão em conformidade com o Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFDPAR, no qual se destaca a importância de que a proposta pedagógica de cada curso deve ser baseada nos seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

- a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana,** levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sócio-política, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional.
- b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente,** por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.
- c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão,** relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática.
- d) Interdisciplinaridade e multireferencialidade,** a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A multireferencialidade, também compõe as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas

emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

e) Uso de tecnologias de comunicação e informação - objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

f) Avaliação, incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação.

g) Articulação entre teoria e prática, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções.

h) Flexibilização curricular, a partir da realidade da UFDPAR, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

2.2 Objetivos do curso PARFOR de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Como objetivo geral formar o profissional no curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva para atuar na docência em diversos serviços de atenção pedagógica especializada, como escolas de ensino regular, na oferta de atenção em sala de recursos ou multifuncionais ou classes especiais, junto a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Como objetivos específicos este curso proposto permitirá:

- Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de Educação Especial Inclusiva no Ensino Fundamental e no Médio;
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor compreenda suas práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública;
- Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas;
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente;
- Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa;
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

Atuando de forma transversal nos diferentes níveis de ensino, este profissional estará apto a:

- Atuará nos serviços de apoio pedagógico especializado;
- Exercerá docência em escolas de ensino regular junto aos professores da classe regular, na modalidade ensino colaborativo e orientações pedagógicas; realizará serviços de consultoria colaborativa para instituições de ensino especial no ensino comum ou especial;
- Efetuará serviços especializados de interpretação de linguagens e códigos, promovendo e difundindo conhecimentos nas áreas de educação inclusiva, literatura e cultura, fomentando a capacitação social e profissional em seu ambiente de trabalho de maneira competente, crítica e participativa;
- Empreenderá gestão escolar na instituição de ensino especial; em serviços de apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, nos serviços de ensino itinerante, nos serviços de ensino domiciliar.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas

decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

2.3 Perfil do egresso

Considerando a necessidade de promover a formação integral de profissionais da área de Educação Especial Inclusiva englobando os aspectos técnicos, éticos e políticos, e profissionais que sejam sintonizados com as necessidades da sociedade em particular da educação especial inclusiva, tal profissional deverá ser capaz de conforme com as Diretrizes Curriculares Nacionais da área e com os documentos diretivos ao exercício profissional e suas habilidades para o exercício da profissão:

- Elaborar estratégias de atuação com alunos que possuam necessidades educacionais específicas e/ou transtornos funcionais específicos;
- Contribuir com a criação das condições necessárias e alternativas possíveis para uma educação inclusiva;
- Compreender as especificidades do estudante com necessidades educacionais específicas;
- Fundamentar sua prática pedagógica com os subsídios teórico-metodológicos necessários para o processo de inclusão;
- Utilizar a pesquisa na área de educação inclusiva como perspectiva metodológica de sua atuação docente.

2.4 Competências e Habilidades

Entendemos por competências os esquemas mentais são as ações e operações mentais de caráter cognitivo sócio afetivo ou psicomotor que mobilizado e associado aos saberes teóricos ou experienciais, geram habilidades e o real saber fazer do profissional. Estas competências devem ser descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de forma que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais de cada curso, sendo as referências para a organização dos conteúdos e para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere ao conjunto de habilidades e competências necessárias aos professores para a prática com alunos incluídos, o *Council for Exceptional Children* (CEC) estabelece parâmetros em nível internacional para a preparação, certificação e a prática do profissional em educação. Destaca-se algumas delas:

- A idéia de que todos os alunos podem aprender;
- Valorização das potencialidades de aprendizagem de cada um;
- Reafirmação de que a aprendizagem é um processo individual, e se desenvolve de forma ativa em cada pessoa, considerando que ela parte sempre do que o aluno sabe, e é sempre influenciado por sua história pessoal e social;
- Estimular o desenvolvimento da autonomia dos alunos mediante a construção de sua aprendizagem;
- Avaliar de forma processual e permanentemente as aprendizagens;
- Avaliar o desempenho cada aluno segundo seu ritmo, do ponto de vista da evolução de suas competências ao resolver problemas e inserir-se no universo cultural dos alunos.

Em relação à formação do professor para atuar no contexto da Educação Especial Inclusiva, a situação torna mais complexa nesse cenário formativo, onde entrecruzam-se múltiplas dimensões, tais como: a relação professor-aluno e conteúdo, as relações de produção com o conhecimento na materialidade do mundo da vida e do trabalho, os avanços da ciência, da cultura e da pesquisa, dentre outras.

Torna-se necessário que o professor, diante dessa realidade, adote uma postura crítica e reflexiva, disponível às mudanças paradigmáticas da ciência e tornando capaz inovação de sua prática.

Pode-se afirmar que o professor deverá valorizar a diversidade como causa importante no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, deverá ser capaz de construir recursos de ensino e adaptar atividades e seus conteúdos, em relação aos alunos considerados especiais mas também para a prática educativa como um todo, evitando a exclusão ou fracasso escolar.

De modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos, no documento do (MEC/SEESP,2003) está expresso que a aquisição de competências e

habilidades pelo aluno com necessidades especiais tem no professor o indispensável apoio e a orientação segura para o seu desenvolvimento, e que isso ocorre de forma mais intensa quando, a partir formação do professor é priorizada capacidade reflexiva no trabalho colaborativa dos professores.

2.5 Perfil do corpo docente

Nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e para prestação de serviços à comunidade, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba vem gradativamente ampliando sua infraestrutura e sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação lato e stricto sensu.

Ao propor a adesão ao Parfor Equidade, renova o compromisso com a comunidade piauiense e de toda macrorregião que abrange, na garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica.

Os professores formadores vinculados ao Parfor/UFDPar serão adequadamente selecionados por meio de edital público de processo seletivo simplificado realizado semestralmente, priorizando-se os professores do quadro permanente da universidade que estejam em efetivo exercício em sala de aula, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor e no Edital 23/2023. No Quadro abaixo consta a relação nominal com titulação e regime de trabalho dos docentes efetivos que atuarão.

Quadro 3: Distribuição de docentes, com titulação e regime de trabalho.

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Cleidivan Alves dos Santos	doutorado	DE Pedagogia
Dalva de Araújo Menezes	mestrado	Substituta Pedagogia
Clóris Violeta Alves Lopes	doutorado	DE Pedagogia
Edmara de Castro Pinto	doutorado	DE Pedagogia
Élido Santiago da Silva	doutorado	DE Pedagogia

Flávio Rovani de Andrade	doutorado	DE Pedagogia
Francisca Maria de Sousa	doutorado	DE Pedagogia
Francisco Antonio Machado Araújo	doutorado	DE Pedagogia
Gilvana Pessoa de Oliveira	doutorado	DE Pedagogia
Kelly Cristina Vaz de Carvalho Marques	doutorado	DE Pedagogia
Lucélia Costa Araújo	doutorado	DE Pedagogia
Luciana Matias Cavalcante	doutorado	DE Pedagogia
Maria Patrícia Freitas de Lemos	doutorado	DE Pedagogia
Marly Macedo	doutorado	DE Pedagogia
Osmar Rufino Braga	doutorado	DE Pedagogia
Heloisa Marques	doutorado	DE Fisioterapia
Luana Gabrielle de França Ferreira	doutorado	DE Fisioterapia
Karina Rodrigues dos Santos	doutorado	DE Medicina
Mharianni Ciarlini de Sousa Bezerra	doutorado	DE Psicologia
Luciana Rocha Faustino	doutorado	DE Medicina
Shaiane Vargas da Silveira	doutorado	DE Turismo

*** Dedicação exclusiva dos docentes UFDPAr (DE)**

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

Além dos professores efetivos lotados na UFDPAr, integrarão o corpo docente do curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva Parfor/UFDPAr quando necessário, a participação de docentes colaboradores prioridade a professores das escolas da rede pública da Educação Básica, com formação mínima de pós-graduação, em conformidade com o disposto no regulamento do Programa Parfor. Sempre observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor e no Edital 23/2023.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

A estrutura curricular deste curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFDPAr prevê disciplinas obrigatórias de caráter teórico e prático voltadas à formação do licenciando em Educação Especial Inclusiva, em consonância com as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Projeto Político-Pedagógico desta universidade.

O Edital Parfor Equidade 23/2023 destina-se aos professores que, sem formação específica encontram-se lecionando nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e lotados nas salas AEE das redes públicas de ensino do país. Por isso, a prática pedagógica do professor cursista é ponto de partida para a teoria, que também se reformula a partir dela. Isso supõe a articulação dos conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática e assumir a capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico e reflexivo, como fonte de ação transformadora do processo formativo.

Por esta premissa fundamenta-se o compromisso de garantir atendimento educacional de qualidade para alunos com deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiência múltipla, surdocegueira, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento; para todos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme recomendam os aportes legais brasileiros; fundamentando este curso na política da igualdade e da ética e identidade; da inter e transdisciplinaridade; da contextualização e flexibilidade; da intersubjetividade e indissociabilidade da tríade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com base no exposto acima, apresentamos a seguir a estrutura e organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, visando oferecer o aprimoramento no processo formativo e de modo a possibilitar aos professores

da Educação a ressignificação da prática docente por meio do exercício de uma ação crítico-emancipatória na realidade educativa na qual estão inseridos. A matriz curricular proposta para o curso contempla eixos transversais básicos de formação, embasados na fundamentação teórica, experiência prática e na pesquisa.

Ressaltamos que a sua estrutura e organização curricular alinha-se com os princípios e fundamentos definidos pela BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) que focam na construção dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores; em especial na mobilização desses saberes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano global.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, aqui denominados eixos estruturantes de estudo, com carga horária total de, no mínimo, 3.270 (três mil duzentas e setenta) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, explicitadas na seção anterior. A carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

O primeiro eixo estruturante se refere às disciplinas de fundamentação teórica, que terão como objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades para compreender a natureza interdisciplinar do campo e do objeto de estudo da Educação Especial Inclusiva, incluindo aspectos históricos da educação e educação especial, políticas públicas educacionais, ética e questões do desenvolvimento humano. Os alunos deverão cursar durante seu tempo de formação disciplinas optativas, estas abordarão temas relacionados à formação do educador especial, bem como necessidades especiais do educando e sua família.

O segundo eixo estruturante compreende a formação para a pesquisa, que visa o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno para buscar, produzir, divulgar e saber utilizar o conhecimento científico voltado à Educação Especial Inclusiva.

O terceiro eixo estruturante de formação é a aprendizagem fundamentada na indissociabilidade entre teoria-prática, a fim de garantir a transversalidade deste tipo de formação.

A disciplina Atividade Curricular de Extensão visa a intensificar o contato da universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento do compromisso social e fortalecendo a indissociabilidade entre as atividades essenciais da universidade, ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e das atividades de pesquisa e de extensão; promover maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade; contribuir para a formação ética do profissional; estimular a problematização como atitude de interação com a realidade; propiciar a descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico; ensinar a experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino; favorecer o desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como proativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social.

No estágio supervisionado será contemplado o eixo transversal de formação onde o foco é a prática, por meio de atividades de estágio supervisionado, a serem cumpridas em situações reais de trabalho. A distribuição das disciplinas ao longo do tempo de formação do acadêmico está organizada visando educação profissional de forma transversal ao discutir a Educação Especial Inclusiva, favorecendo o debate sobre a inserção deste sujeito no mundo do trabalho.

Para alcançar este objetivo, o curso de Educação Especial Inclusiva da UFDPAr está estruturado e subdividido em 08 (oito) módulos de disciplinas articuladas entre si, onde permeiam teoria e prática de pesquisa em todo o currículo, culminando com a elaboração e apresentação de trabalho científico.

As atividades curriculares de educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012), educação das questões étnico-raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02/2012), de processo de envelhecimento (Lei federal nº 10.741/2003) são participantes da formação como conteúdos complementares ou transversais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

O curso ofertado através do Parfor caracteriza-se por oferecer formação voltada especificamente para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, por isso o seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um módulo de período intensivo, que ocorrerá no período de recesso do calendário escolar dos professores cursistas, e um período complementar, nos finais de semana, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas básicas públicas (Vide Quadro 4 abaixo).

Quadro 4: Distribuição de horas previstas ao longo do curso da matriz curricular.

Módulo	Obrigat.	Optativas	A.C.E.	Estágio Superv.	Ativ. Compl.	T.C.C.	C.H. Total
1º	300		90				390
2º	330		60				390
3º	330		60				390
4º	270	60	60				390
5º	270	60	60		60		450
6º	240			150	60		450
7º	240			135		60	435
8º	180			135		60	375
Carga Horária Total	2.160	120	330	420	120	120	3.270

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

Em sua organização o currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, disciplinas obrigatórias e optativas, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE), Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de 3.270 (três mil duzentas e setenta) horas.

Os componentes curriculares estão relacionados no Quadro abaixo e correspondem aos oito módulos e suas respectivas disciplinas. A Matriz Curricular do Curso está estruturada de maneira didático-pedagógica e organizada com as disciplinas do curso, distribuídas por semestre letivo, contendo carga horária e quantidade de créditos por disciplina.

Quadro 5: Estrutura e organização curricular conforme distribuição e carga horária do curso de Educação Especial Inclusiva da UFDPAr.

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
1º. Semestre	Seminário de Introdução ao curso	1.0.0	15
	Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais	4.0.0	60
	Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano	3.0.0	45
	Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho	4.0.0	60
	Didática para Educação Especial e Inclusiva	4.0.0	60
	Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial	4.0.0	60
	Atividade Curricular de Extensão: Temas integradores (ACE)	3.3.0	90
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
2º. Semestre	Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais	2.2.0	60
	Estudo do desenvolvimento atípico	4.0.0	60
	Linguagem e Pensamento	2.0.0	30
	Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações	4.0.0	60
	Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar	2.2.0	60
	Atividade Curricular de Extensão II: Diversidade Profissional, Cultural e Social (ACE)	2.2.0	60
	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação do trabalho científico	2.2.0	60
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
3º. Semestre	Apoio educacional especializado: Educação Infantil	4.0.0	60
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual	3.1.0	60
	Ensino Colaborativo	3.0.0	45
	Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados	2.1.0	45
	Língua Brasileira de Sinais I	2.2.0	60
	Atividade Curricular de Extensão III: Historicidade e Políticas Públicas	2.2.0	60
	Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família	2.2.0	60
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
4º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva	3.1.0	60
	Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar	2.2.0	60
	Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados	4.0.0	60
	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio	2.0.0	30
	Língua Brasileira de Sinais II	2.2.0	60
	Atividade Curricular de Extensão IV: Novas formas de ensinar (ACE)	2.2.0	60
	Optativa I	4.0.0	60
	Total do bloco	26	390

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
5º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento	3.1.0	60
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação	3.1.0	60
	Apoio educacional especializado: Ensino Superior	3.0.0	45
	Didática para a Educação Especial	3.0.0	45
	Planejamento educacional individualizado I: Avaliação	2.2.0	60
	Atividade complementar I	4.0.0	60
	Optativa II	4.0.0	60
	Atividade Curricular de Extensão V: Novas formas de aprender	2.2.0	60
	Total do bloco	30	450

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
6º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física	3.1.0	60
	Ensino de ciências para pessoas com deficiência	1.3.0	60
	Planejamento educacional individualizado II: intervenções	2.2.0	60
	Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência	1.3.0	60
	Atividade complementar II	4.0.0	60
	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I	0.0.9	150
	Total do bloco	30	450

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
7º. Semestre	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual	3.1.0	60
	Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência	1.3.0	60
	Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação	2.2.0	60
	Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA)	4.0.0	60
	Trabalho de conclusão de curso I	2.2.0	60
	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II	0.0.9	135
	Total do bloco	29	435

Módulo	DISCIPLINAS	Créditos	C.H.
8º. Semestre	Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas	2.2.0	60
	Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão	1.3.0	60
	Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa	1.3.0	60
	Trabalho de conclusão de curso II	1.3.0	60
	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III		135
	Total do bloco	25	375

Os componentes curriculares que integralizarão o curso são coerentes com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao seu crescimento na sua prática de sala de aula, a estrutura curricular proposta segue uma lógica formativa encadeada e consistente,

Na organização curricular do curso estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os conteúdos da Educação Especial Inclusiva, domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, necessários à concretização de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral

3.2 Fluxograma (Apresentação por módulos semestrais)

1º.módulo	2º.módulo	3º.módulo	4º.módulo	5º.módulo	6º.módulo	7º.módulo	8º.módulo
Seminário de Introdução ao curso (15hs)	Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais (60hs)	Apoio educacional especializado: Educação Infantil (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual (60hs)	Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas (60)
Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais (60hs)	Estudo do desenvolvimento atípico (60hs)	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual (60hs)	Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar (60hs)	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação (60hs)	Ensino de ciências para pessoas com deficiência (60hs)	Ensino de Matemática para pessoas com deficiência (60hs)	Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão (60)
Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano (45hs)	Linguagem e Pensamento (30hs)	Ensino Colaborativo (45hs)	Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados (60hs)	Apoio educacional especializado: Ensino Superior (45hs)	Planejamento educacional individualizado II: intervenções (60hs)	Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação (60hs)	Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa (60)
Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho (60hs)	Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações (60hs)	Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados (45hs)	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio (30hs)	Didática para a Educação Especial (45hs)	Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência (60hs)	Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA) (60hs)	Trabalho de conclusão de curso II (60)
Didática para Educação Especial e Inclusiva ((60hs)	Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar (60hs)	Língua Brasileira de Sinais I (60hs)	Língua Brasileira de Sinais II (60hs)	Planejamento educacional individualizado I: Avaliação (60hs)	Atividade complementar II (60hs)	Trabalho de conclusão de curso I (60hs)	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III (135)
Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial (60hs)	Atividade Curricular de Extensão II: Diversidade Profissional, Cultural e Social (ACE) (60hs)	Atividade Curricular de Extensão III: Historicidade e Políticas Públicas (60hs)	Atividade Curricular de Extensão IV: Novas formas de ensinar (ACE) (60hs)	Atividade complementar I (60hs)	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I (150hs)	Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II (135)	
Atividade Curricular de Extensão: Temas integradores (ACE) (90hs)	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação do trabalho científico (60hs)	Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família (60hs)	Optativa I (60hs)				

3.3 Estágio, atividades complementares, atividades de extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio Supervisionado

A licenciatura em Educação Especial Inclusiva oferece ao graduando um currículo baseado em metodologias e didáticas, ligadas ao contexto de portadores de necessidades especiais em deferentes fases da vida. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. Desta forma, conforme as Diretrizes Curriculares Brasileiras, estágio supervisionado em educação especial está presente do 6º. ao 8º. módulo da matriz curricular, articulando teoria e prática, de modo que o estágio supervisionado assim como um eixo prático, que agrega conteúdo e vivência ao currículo do acadêmico.

Ao aproximar teoria e prática, o currículo irá aproximar o aluno da realidade na qual atuará, desde a observação da prática docente em escolas de educação especial a participação do mesmo, no desenvolvimento de projetos escolares, preparação de aulas, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas com as famílias dos estudantes. O acadêmico cumprirá nos três últimos blocos de estudos denominados: Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I; Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II; Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III.

Consolidando 420 horas aula de estágio supervisionado cabe ao professor do estágio Supervisionado promover encontros e/ou debates com o objetivo de discutir as atividades desenvolvidas nesta prática, incluindo os educadores das escolas envolvidas nestes eventos, sendo estas horas obrigatórias para todos os alunos observando-se os aspectos institucionais de Estágio na UFDPAr.

3.3.2 Atividades complementares

As atividades complementares em parceria com o processo de Extensão universitária, serão contemplados com carga horária de 120 horas e constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. O acadêmico cumprirá no 5º. e 6º. módulos de estudos

3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão

A Extensão é compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 no mínimo, com dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Visando abordagens de formação integral do acadêmico serão ofertadas na disciplina sob a nomenclatura Atividade Curricular de Extensão (Ace), em cinco blocos distintos, com a carga horária somando o total de 330 horas. As disciplinas Ace serão ministrados pelos os professores que irão trabalhar na regência em cada módulo, com ênfase na temática conforme detalhado no Quadro 6 abaixo, seguindo as diretrizes da Resolução Consepe n.93 de 2022 da UFDPAr.

Quadro 6: Estrutura da disciplina Atividade Curricular de Extensão

Módulo	DISCIPLINA	C.H.	CONTEUDO
I	Atividade Curricular de Extensao I	90h	Temas integradores
II	Atividade Curricular de Extensao II	60h	Diversidade Profissional, Cultural e Social
III	Atividade Curricular de Extensao III	60h	Historicidade e Políticas Públicas
IV	Atividade Curricular de Extensao IV	60h	Novas formas de ensinar

V	Atividade Curricular de Extensao V	60h	Novas formas de aprender
Carga Horária Total			330horas

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

3.3.4 Trabalho de conclusão de curso

O trabalho de conclusão de curso corresponderá a produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso de graduação em Educação Especial Inclusiva. Este será sistematizado e de natureza essencialmente teórica ou de planejamento e intervenção na prática. A iniciação aos procedimentos de pesquisa e a redação do trabalho de conclusão de curso serão assumidas nas disciplinas Trabalho de conclusão de curso I e Trabalho de conclusão de curso II; será realizado no contexto das atividades teórico-prática e sob a orientação dos docentes do curso. Às 120horas de Trabalho de conclusão de curso serão obrigatórias para todos os alunos observando-se os aspectos institucionais da UFDPAr e ocorrerão nos 7º. e 8º.módulos respectivamente.

Quadro 7: Estrutura dos componentes curriculares da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva PARFOR/UFDPAr

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.160	144
Disciplinas Optativas	120	08
Trabalho de Conclusão de Curso	120	08
Atividades Complementares	120	08
Atividades Curriculares de Extensão	330	22
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	420	28
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.270	

Fonte: Equipe de planejamento do projeto deste edital.

3.4 Metodologia

O processo através do qual o acadêmico de Educação Especial Inclusiva irá ser acompanhado abrangerá que o currículo do curso incorpora a compreensão de que o próprio currículo e conhecimento serão vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, esperando que o aluno compreenda a apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto histórico-social e culturalmente dinâmico. A metodologia adotada visará a construção da prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada na perspectiva crítica ação-reflexão-ação, possibilitando uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética; guiando acadêmicos e docentes na compreensão de diferentes abordagens na ação profissional e exercendo de forma consciente seus papéis na práxis pedagógica de maneira crítica e emancipatória em favor da coletividade e diversidade.

O material didático específico será produzido pelo professor/autor e pela equipe responsável para esse fim, adotando-se um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado. O material deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora para que os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento para além dos momentos em sala de aula,. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina.

A partir destes materiais o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, poderá acrescentar materiais complementares para serem utilizados pelos alunos, tais como *links* para acesso a páginas ou outros materiais. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina. Visando oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo

de ensino-aprendizagem da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, poderão ser ofertados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, espaços virtuais podem tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

A UFDPAr também disponibilizará de um Laboratório de Informática, possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica, de maneira ampla e geral durante seu processo de formação.

O material didático, seja impresso ou virtual, passará por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes. Em virtude do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o curso oferecerá ao estudante com necessidades especiais atendimento apropriado conforme sua necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos deficientes aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem são:

4.1.1. Na graduação

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFDPAr;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;
- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;

- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;
- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

4.1.2. Na pesquisa e inovação

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;
- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFDPAr na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

4.1.3. Na extensão universitária

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias; para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais;
- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;
- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;
- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;
- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.

4.2 Apoio ao discente

A UFDPAr interliga um conjunto de ações nas áreas de: ensino (através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação), pesquisa/iniciação científica (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), extensão (Pró Reitoria de Extensão) e assistência estudantil através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis onde desenvolvem ações afirmativas de inclusão social para garantir a igualdade de oportunidades aos acadêmicos, na promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Todos prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFDPAr que buscam soluções para os mais diversos problemas,

orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

No dia a dia de cada curso, o corpo acadêmico recebe apoio permanente da Coordenação para assuntos da área acadêmica e também com o corpo docente do curso, que é capacitado para o esclarecimento de dúvidas relacionadas aos conteúdos de cada módulo, orientação direcionada à realização de pesquisa e de atividades extracurriculares.

E conta com Biblioteca interligada ao sistema de biblioteca da UFDPAr, laboratórios de informática e internet (fixa e móvel), com acesso ao portal de periódicos da CAPES.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem do acadêmico

Os procedimentos de avaliação da aprendizagem devem estar em acordo com as normas gerais de avaliação dos cursos de graduação da UFDPAr. A avaliação do rendimento escolar será realizada em cada disciplina cabendo ao docente tomar como parâmetro tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos, levando em conta o domínio dos conteúdos, competências práticas, assiduidade, participação, conforme a natureza da própria disciplina. A aprendizagem será avaliada através do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, atribuindo um caráter diagnóstico e processual ao ato de avaliar.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O curso está organizado em função dos objetivos propostos nesse projeto pedagógico, buscando ampliar a formação do Pedagogo, superar os aspectos meramente técnicos presentes no campo pedagógico, na tentativa de aliar reflexão e ação, formando um profissional crítico-reflexivo, capaz de atuar em seu campo profissional com competência e ética.

A avaliação curricular se constituirá em um trabalho rotineiro de análise crítica de todo o processo de desenvolvimento do curso e terá como fundamento o paradigma da avaliação emancipatória, um processo contínuo e parte integrante do processo educativo, julgando a prática pedagógica no curso em seus diferentes níveis e busca, criticamente, alternativas para superação dos problemas identificados.

Desta forma, o processo avaliativo do currículo ocorrerá através de três etapas, articuladas entre si e assim denominadas: descrição da realidade, crítica da realidade, criação coletiva.

A primeira etapa de descrição da realidade consiste na observação e registro das situações que, no decorrer do curso, forem sendo identificadas como aspectos positivos e negativos, dificuldades, falhas no currículo e demais situações avaliadas como problemáticas para o curso. Nesta fase

devem ser coletadas todas as informações consideradas importantes para o processo avaliativo através, principalmente, de dois procedimentos de coleta de dados: a análise documental e a história oral. Através da análise documental serão detectados os aspectos negativos e positivos do plano curricular, dos planos de ensino dos professores, das normas de desenvolvimento do Curso, da documentação da matrícula e controle acadêmico dos alunos, etc. Enfim, de todos os documentos vinculados ao processo de execução do currículo. Através da história oral serão registrados depoimentos de professores e alunos que expressem opiniões e críticas sobre o Curso.

A segunda etapa de crítica da realidade consistirá na socialização das informações levantadas na etapa de descrição da realidade, buscando-se explicitar as defasagens, erros e acertos identificados no desenvolvimento do currículo. Os procedimentos a serem adotados nesta etapa avaliativa são os encontros pedagógicos com professores; com professores e alunos e com professores, alunos e egressos. Tais encontros devem acontecer periodicamente, a fim de que as falhas e dificuldades identificadas no Curso tenham condições de serem eliminadas ainda no seu processo de desenvolvimento.

A terceira etapa de criação coletiva ocorrerá simultaneamente com a crítica da realidade, constituindo-se de discussão de propostas de ação e tomada de decisões com vistas à eliminação dos problemas identificados, resultando na melhoria e aperfeiçoamento do currículo. Os resultados dos encontros pedagógicos serão registrados em relatórios, que constituirão o acervo de informações básicas para o aperfeiçoamento do currículo. O processo avaliativo será concretizado através da execução permanente dessas três etapas.

No processo avaliativo do currículo de licenciatura de Educação Especial Inclusiva terão três diferentes níveis de avaliação e que devem ser considerados da seguinte forma:

- ❖ Avaliação em nível de cada disciplina: isto significa que professores e alunos farão sistematicamente a avaliação da propriedade dos programas de ensino, dos procedimentos de ensino e recursos didáticos utilizados,

dos mecanismos de avaliação de aprendizagem adotados a fim de diagnosticarem aspectos que devem ser modificados ou aperfeiçoados. O espaço apropriado para este nível de avaliação é a sala de aula, durante o desenvolvimento da disciplina, sendo registrados os seus resultados e encaminhados a coordenação do curso que os terão como subsídios a serem articulados com os resultados dos outros níveis de avaliação.

- ❖ Avaliação em nível das disciplinas do mesmo bloco curricular: esta avaliação tem como espaço apropriado os encontros pedagógicos de professores no início e no final do período letivo e, objetiva particularmente a discussão coletiva dos mecanismos de integração das disciplinas do bloco com vistas à concretização dos princípios curriculares.
- ❖ Avaliação ao nível global do currículo: para este nível de avaliação os espaços apropriados serão os seminários semestrais com a participação de professores, administradores, alunos, egressos e profissionais das instituições onde os alunos estejam desenvolvendo alguma atividade curricular. Desta avaliação deverão surgir propostas para as alterações necessárias ao aperfeiçoamento do currículo e a melhoria da formação do acadêmico.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao curso		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.0.0	15h	Não possui---
EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Educação Especial. Questões da profissão. Instâncias da UFDPAr e suas competências, envolvidas com o edital Parfor.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARANHA, Maria Lúcia de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.		
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006.		
ROSA, Dalva E. G.; SOUZA, Vanilton C. de. (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo: Cortez, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas: Papirus, 1996.		
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2002.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.		

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCIPLINA: Educação Especial: contextos históricos, políticos e seus fundamentos legais

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

4.0.0	60h	Não possui---
-------	-----	---------------

EMENTA:

Discussão de aspectos éticos e históricos da educação especial reconhecendo as diferenças sociais que permeiam as relações humanas numa perspectiva educacional voltada aos estudantes público alvo da educação especial. Discussão dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do estudante público alvo da educação especial em uma perspectiva inclusiva

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Silva, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Mazzotta, Marcos Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, Ministério da Educação, 2012.

Castro, Cleussi de; Schneider, Fatima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.

_____. Escola e democracia. Campinas; SP: Autores Associados, 2003.

_____. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Autores Associados, 2008.

FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA: Neurociência do aprendizado: referenciais teóricos do desenvolvimento humano		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.0.0	45h	Não possui---
EMENTA: Descrição das principais etapas do desenvolvimento neurológico humano com ênfase nos processos de aprendizagem sob a ótica da Neurociência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) DORETTO, Dário. Fisiopatologia clínica do sistema nervoso. São Paulo: Atheneu, 2005. LELOUP, Jean Yves. O corpo e seus símbolos. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. ROWLAND, Lewis P. Tratado de Neurologia 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco) NITRINI, Ricardo. BACHESCHI, Luiz Alberto. A Neurologia que Todo Médico Deve Saber. 2. ed. 2003. Ateneu. São Paulo. STOKES, Maria. Cash – Neurologia para Fisioterapeutas. 2000. Editorial Premier. São Paulo. CIPRIANO, Joseph J. Manual Fotográfico de testes ortopédicos e neurológicos. 3. ed. São Paulo: Manole, 1999. COHEN, Helen. Neurociência para Fisioterapeutas 2. ed. São Paulo: Manole, 1999. DAVIES, Patrícia M. Passos a Seguir – Um Manual para Tratamento da Hemiplegia do Adulto. 1ª edição brasileira. 1999 Editora Manole Ltda. São Paulo.		

DISCIPLINA: Ética e Educação Especial no contexto Escola, Família e Trabalho		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Não possui---
EMENTA: Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes. Compreender a		

representação do filho com deficiência, TGD ou AH/SD, para a família. A relação família e escola para o desenvolvimento pleno do processo de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ANGERAMI – LAMON, V. A. A Ética na Saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Corde. Brasília 2. ed. 1996. BRASIL. Dec. 3298/99 Política Nacional de Atenção à Pessoa Portadora de pessoa portadora de Deficiência. Corde. Brasília, 1999. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

GAUDERER, E Christian. Os direitos do paciente: um manual de sobrevivência. Rio de Janeiro: Record, 1991.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, P. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DISCIPLINA: Didática para Educação Especial e Inclusiva

Créditos:

4.0.0

Carga Horária:

60h

Pré-requisito(s):

Não possui---

EMENTA:

Contribuição para a formação de professores tendo em vista os processos de ensino e aprendizagem, estratégias, competências e práticas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996. (Conteúdo e metodologia).

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O processo de alfabetização: novas contribuições. SP: Martins Fontes, 2002.

GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível reinventando o ensino e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

FRANCO, L.J., PASSOS, A.D (orgs.). Fundamentos de epidemiologia. Barueri, SP: Manole, 2005.

STARFIELD, Barbara. Atenção primária, equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002

ANDALÓ, Adriane. Didática da língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. SP: FTD, 2000. (Conteúdo e metodologia).

AROEIRA, Maria L. C., SOARES, Maria Inês B. e MENDES, Rosa E. A. Didática de pré-escola: brincar e aprender. SP: FTD, 1996. (Conteúdo e metodologia).

AZEVEDO, Maria A. e MARQUES, Maria L. (org.). Alfabetização hoje. SP: Cortez, 2001. BISCOLLA, Vilma Mello. Construindo a alfabetização. São Paulo: Pioneira Thomson Learding, 2002.

DISCIPLINA: Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Análise dos processos de ensino e aprendizagem, sob o referencial teórico de diferentes pensadores da área de educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Pontos de psicologia do desenvolvimento. SP: Ática, 2004.

ELIAS, Marisa D. C. Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pedagogia de Freinet: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

SAMPAIO, M. Narcizo e LEITE, L. Silva. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de (Coord). Educação Montessori: de um homem novo para um mundo novo. São Paulo: Pioneira Editora, 1980.

TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da linguagem escrita. Petrópolis, RJ: 2001.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996.

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.

DISCIPLINA: Atividade Curricular de Extensão I: Temas integradores

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

3.3.0	90h	Não possui---
-------	-----	---------------

EMENTA:

Abordagem social das deficiências. Análise das condições sócio-históricas no estudo das deficiências, novos olhares sobre os conceitos de deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Uma nova concepção de proteção às pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1997.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Corde. Brasília, 1996.

BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretária de Assistência Social (SAS). Atenção à pessoa portadora de deficiência na área de assistência social, Brasília, 1996.

BICKERSTAFF, Edwin R. Exame do Paciente Neurológico. 1ª edição Brasileira. 1984. Editora Livraria Atheneu. São Paulo.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: Desenvolvimento humano e da aprendizagem nas necessidades educacionais especiais

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, social e afetiva. O caráter histórico-social do desenvolvimento. A relação entre os processos de aprendizagem e o desenvolvimento e seus desdobramentos educacionais; Desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica; Implicações para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

GONDRA, J. G. História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio- histórico. São Paulo: Scipione, 2001.

OLIVEIRA, Z. M. R. DE (Org.). Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: 2002.

DÂNGELO, J. C. & FATTINI, C. A. Anatomia humana: sistêmica e Segmentar. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988.

GARDNER, E. Et alii. Anatomia; estudo regional do corpo humano. 4. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

MACHADO, Dângelo B. M. Neuroanatomia funcional. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1993

DISCIPLINA: Estudo do desenvolvimento atípico

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Referenciais teóricos do desenvolvimento humano

EMENTA:

Estudo das bases psicobiopatológicas das deficiências; desenvolvimento humano em situações de risco; resiliência, processos de vulnerabilidade e proteção; problemas do desenvolvimento atípico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

SOBOTTA. Histologia: atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

DOYLE-MAIA, G. Embriologia humana. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.

JANEWAY C.A. et al. Imunobiologia: O Sistema imunológico da saúde e na doença. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COMARCK, D.H. Fundamentos de histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JUNQUEIRA, L. C. e CARNEIRO, J. Histologia básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

COSTA FILHO, A. Histologia e embriologia básica: perguntas e respostas. Teresina: Gráfica do Povo, 1999.

DI FIORI, M. S. H.; MANCINI, R. E.; ROBERTS, E. D. P. Atlas de histologia 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. Tratado de histologia em cores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

MOORE & PERSAUD. Embriologia básica. 5. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2000.

DISCIPLINA: Linguagem e Pensamento

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.0.0

30h

Não possui---

EMENTA:

Revisão do desenvolvimento normal da linguagem; Relação entre pensamento e fala em diferentes teorias do desenvolvimento infantil; Terminologia científica da pesquisa psicolinguística e dos distúrbios da fala e linguagem; Princípios da intervenção específica e dos procedimentos para o desenvolvimento da fala e da linguagem em crianças e jovens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 2. Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

MAZZOTTA, José Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Educação Contemporânea).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais. 3. ed. Brasília: MEC/FNDE, EDUSP, 2008. 1 e 2 v.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado: Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

PIAUÍ. Secretaria Estadual de Educação. Dicionário Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais. 2.ed.Teresina: Gerência da Educação Especial, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus-AM: Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SKLIAR, Carlos. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

DISCIPLINA: Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Análise e reflexão sobre principais aspectos do currículo escolar e suas adaptações e acomodações em Educação Especial. Aspectos políticos pedagógicos e sua influência nas adaptações e acomodações curriculares. Currículo funcional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LIMA, Niuzarete Margarida de. Pessoas portadoras de deficiência - Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Brasília –.2001

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 3ª ed. Brasília: CORDE. 2003

FREIRE, Wendel (Org.). Gestão democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: WakED, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL.Parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1988.

LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. Petrópolis: Vozes, 1999.

CATÃO, Francisco. A pedagogia ética. Petrópolis: RJ: Vozes, 1995.

DUARTE JR, J. F. Fundamentos éticos da educação. Campinas: SP: Papirus, 1988.

SANVITO, Wilson Luis. Propedêutica Neurológica Básica. 7ª reimpressão. 2002. Editora Ateneu. São Paulo.

NITRINI, Ricardo. BACHESCHI, Luis Alberto. A Neurologia que todo Médico deve Saber. 2ª edição. 2003. Editora Ateneu. São Paulo.

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

2.2.0	60h	Não possui---
-------	-----	---------------

EMENTA:

Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Lima, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986.

MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitmark, 1997.

POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989

TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista II: Diversidade Profissional, Cultural e Social

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Atividade Curricular Extensionista I

EMENTA:

Abordagem social das deficiências. Análise das condições sócio-históricas no estudo das deficiências, novos olhares sobre os conceitos de deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

RODRIGUES, A., Assmar, E. M.L. & Jablaviski, B. (2000), Psicologia Social. Petrópolis: vozes.

Jacques, M.G.C., Strey, M.N., Bernardes, M.G., Guareschi, P., Carlos, S.A. & Fonseca, J. M. G. (2002). Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: vozes.

BERTOLLI FILHO, C. História da Saúde Pública no Brasil. São Paulo, Ática. 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ESTATUTO DO IDOSO.

ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTENCIA SOCIAL – LOAS.

ROSA, L.C. Transtorno mental e o cuidado na família. São Paulo: Cortez, 2003.

VALLA, Vicent V. (Org). Saúde e Educação.D.P.A ed. Rio de Janeiro. 2000.

DISCIPLINA: Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento e Observação

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

2.2.0	60h	Não possui---
-------	-----	---------------

EMENTA:

Explorar os elementos da produção textual necessária ao bom desempenho acadêmico e profissional, quanto a execução de trabalhos científicos. Estudos sobre observação e registro de situações planejadas. Estudo do manejo do comportamento usando princípios comportamentais; Definição e medida do comportamento; Estratégias de reforçamento; Desenvolvimento de programas sistematizados; Formatos básicos de instrução; Técnicas de monitoração do progresso do estudante; Técnicas de promoção de comportamentos acadêmicos e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Graftipo, 1999;

CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

SAUWEN, R.F. O Direito "in vitro": da Bioética ao Biodireito". 2. ed. Lúmen Júris Rio Janeiro: 2000

SEVERINO, J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000;

CONTI, Matilde Carone Slaibi. Biodireito - A norma da vida. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2004.

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul & RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Educação Infantil		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Não possui---
EMENTA: Questões relacionadas à especificidade da Educação Infantil considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor, m relação a aspectos de prevenção secundária de deficiências		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) Brasil, ministério. Educação inclusiva. Brasília: SEESP, 2009. Lima, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006. Guebert, Miriam Celia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba: Intersaberes, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco) LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003. GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. Delpretto, barbara Martins de lima. A educação especial na perspectiva da incluso escolar. Brasília: ministério da educação, 2010. Gomes, Adriana leite lima verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007. Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.		

DISCIPLINA: Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---
EMENTA: Histórico da conceituação de deficiência mental. Diferentes abordagens da deficiência mental. Principais características da deficiência mental. Formas de atendimento		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) Gomes, Adriana leite lima verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007. Coll, Cesar. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto alegre: Artmed, 2004. Gomes, Adriana leite lima verde. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: ministério da educação, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco) Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: ministério da educação, 2010. Delpretto, barbara Martins de lima. A educação especial na perspectiva da incluso escolar. Brasília: ministério da educação, 2010. Gomes, Adriana leite lima verde. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: MEC, 2007. Coll, Cesar. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto alegre: Artmed, 2004. Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.		

DISCIPLINA: Ensino Colaborativo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.0.0	45h	Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial
EMENTA:		
A inclusão escolar e os novos papéis dos profissionais da escola, fundamentos do trabalho colaborativo; o trabalho colaborativo na escola, a parceria entre professor do ensino comum e ensino regular; estabelecendo parcerias colaborativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. 2010		
MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997.		
Gomes, Adriana leite lima verde. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: ministério da educação, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.		
Melo, Amanda Meincke. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível. Brasília: ministério da educação, 2010.		
Ropoli, Edilene aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da educação, 2010.		
LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.		
GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.		

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico II: serviços especializados		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar
EMENTA:		

Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais da educação especial em clínicas e instituições e suas relações com esses estudantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Castro, Cleussi de, Schneider, Fátima. Currículo e didática na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.

Melo, Amanda Meincke. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível. Brasília: ministério da educação, 2010.

MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitimark, 1997.

Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. 2010

MERLY, Emerson Elias, et ai. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986.

GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil França: ENSP, 1991.

POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1989 TESTA, Mário. Pensar em Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Linguagem e Pensamento

EMENTA:

Noções de língua portuguesa e linguística; parâmetros em libras; noções linguísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001.		
Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010		
FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.		
GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.		
Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.		
Sa, Nidia Regina limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: paulinas, 2010.		
Góes, maria Cecília Rafael de. Linguagem surdez e educação. Campinas: autores associados, 2012.		
Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.		

DISCIPLINA: Atividade Curricular de Extensão III: Historicidade e Políticas Públicas		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		

Belisário Filho, José Ferreira A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. 2010.

PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

VASCONCELOS, E.M. Educação popular e a atenção à saúde da família. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

LEFÉVRE, Beatriz Helena. Mongolismo: Estudo Psicológico e Terapêutica Multiprofissional da Síndrome de Down. São Paulo: Sarvier, 1981.

STOTZ, E.N. & VALLA, V.V. (org.). Educação, saúde e cidadania. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010

TESTA, M. Pensar em saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MOFLA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A teoria e a pratica de inovar. Rio de Janeiro: Qualitmark, 1997.

DISCIPLINA: Processos Investigativos em Educação Especial II: Escola e Família

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Processos Investigativos em Educação Especial I

EMENTA:

Histórico da conceituação de família e deficiência mental. Diferentes abordagens com famílias com indivíduos com deficiência mental. Principais características da deficiência mental. Formas de atendimento na educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRAGHIROLI, Elaine M. Psicologia geral. Porto Alegre: Vozes, 2001.

DAVIDOF, Linda L. Introdução a psicologia. São Paulo: Makron Books, 2001.

VASH, CAROLIN L. Enfrentando a Deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo. Ed. Pioneira. 1998

BARROS, Célia S. G. Pontos de psicologia geral. São Paulo: Ática, 1997.

CAMPOS, Teresinha C. Padis. Psicologia hospitalar: atuação do psicólogo em hospitais. S.l.; s.ed., s.d.

PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	- Linguagem e Pensamento

EMENTA:

Histórico da conceituação da deficiência auditiva. Diferentes abordagens da comunicação auditiva. Principais características da deficiência auditiva. Formas de atendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

PORTO. Exame Físico. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.

CABRAL, Suzana. Psicomotricidade relacional: prática clínica e educacional. Rio de Janeiro. Revinter, 2001.

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Santos, Cristiane Cavalcante. A educação especial e as novas tecnologias na prática

docente: o caso da associação de pais e amigos dos excepcionais de Parnaíba – Pi. 2016

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010

DISCIPLINA: Gestão e Organização do trabalho pedagógico III: ambiente hospitalar		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Gestão e Organização do trabalho pedagógico I: sistema escolar - Gestão e Organização do trabalho pedagógico : serviços especializados
EMENTA: Discutir aspectos éticos que permeiam as relações humanas e o trabalho entre os profissionais da educação especial em hospitais e suas relações com esses estudantes		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) MERLY, Emerson Elias, et al. Agir em saúde: um desafio para o público, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e Programação em Saúde. São Paulo: Cortez, 1986. GRABOIS, Victor, et al. Gestão Hospitalar: Um desafio para o hospital brasileiro. Cooperação Brasil França: ENSP, 1991.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco) CABRAL, Suzana. Psicomotricidade relacional: prática clínica e educacional. Rio de Janeiro. Revinter, 2001.		

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MONA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea; A Ciência e a Arte de Ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DISCIPLINA: Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais especializados

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

4.0.0	60h	Não possui---
-------	-----	---------------

EMENTA:

Teoria e prática do planejamento, desenvolvimento, implementação, gerenciamento e avaliação de recursos para a aprendizagem; modelos teóricos para o desenvolvimento de tecnologias de ensino/instrução para estudantes com necessidades educacionais especiais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Santos, Cristiane Cavalcante. A educação especial e as novas tecnologias na prática docente: o caso da associação de pais e amigos dos excepcionais de Parnaíba – Pi. 2016

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982. LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental e Médio

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

2.0.0	30h	Não possui---
-------	-----	---------------

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades dos ensinos fundamental e médio, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação e da Pedagogia:** geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1996.

PONCE, A. **Educação e luta de Classe.** Tradução José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil:** 1930-1973. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Belisário Filho, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília, DF. -Ministério da Educação. 2010

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

GAL, Roger. **História da educação**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

MANACORDA, Mário A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução: Caetano Lo Mônico. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2000.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de sinais II

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
------------------	-----------------------	--------------------------

2.2.0	60h	- Linguagem e Pensamento - Língua Brasileira de Sinais I
-------	-----	---

EMENTA:

Noções de língua portuguesa e linguística; parâmetros em libras; noções linguísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

_____. **Ensino da Língua Portuguesa para surdos**. Caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004. (Programa Nacional para Apoio à Educação de Surdos). 1 e 2 v.

_____. **Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais**. Versão 1.0. Brasília: MEC/INES, 2000.

_____. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS**. Versão 2.0. Brasília: MEC/INES, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Sa, Nidia Regina limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: paulinas, 2010.

Góes, maria Cecília Rafael de. **Linguagem surdez e educação**. Campinas: autores associados, 2012.

Skliar, Carlos. **Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto alegre: mediação, 2016.

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi. **Leitura e surdez**: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Livraria Revinter Ltda., 2000.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. Brasília: MEC/SEESP, 2004. (Educação Infantil). V. 2.

_____. **Programa de capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: Deficiência Auditiva. Brasília: MEC/SEESP, 1997. (Série Atualidades Pedagógicas). V 1 e 3.

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista IV: Novas formas de ensinar

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

_____. **Comunicar**: proposta de adequação curricular para alunos com necessidades especiais. Brasília: MEC/FNDE, 2000.

LEVIN, E. A. Clínica psicomotora. 5ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

GUEDES, M. Oficina da brincadeira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

FRUG, C.S. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. São Paulo. Ed. Plexus, 2001.

PEREIRA, William César C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Belo Horizonte:Vozes, 2001.

Alves, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:

abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF. Ministério da Educação. 2010

Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Histórico e conceituação dos transtornos globais de desenvolvimento; diferentes abordagens no atendimento às pessoas com transtornos globais de desenvolvimento; educação de pessoas com transtornos globais de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

DESPRESBITERIS, L. Avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

_____. O desafio da avaliação educacional em três atos. São Paulo: SENAC, 1990. HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1992.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo, SP: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANT'ANA, J. M. Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. 2ª ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 1997.

SOUSA, C. P. de (Org.). Avaliação do rendimento escolar. Campinas, SP: Papirus, 1991

VASCONCELOS, C. dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas e mudanças: por uma práxis transformadora. SP: Libertad, 1998 (cadernos pedagógicos, v. 6).

_____. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo, SP: Libertad, 1994.

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades e superdotação

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---

EMENTA:

Histórico da Conceituação da superdotação/altas habilidades. Principais características da superdotação/ altas habilidades. Diferentes abordagens. Formas de atendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

Santos Shirley aparecida dos. Transtornos globais do desenvolvimento habilidades/ superdotação. Curitiba: Intersaberes, 2019.

Farias Elizabeth Regina Streisky. Mitos teorias e verdades sobre altas habilidades. Curitiba: Intersaberes, 2020.

KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

LOOS, Sigrid. Viagem à fantasia: jogos não competitivos. São Paulo: Paulus, 1996.

LUCKESI, Cipriano (Org.). Educação e ludicidade. In.: Cadernos de Ludopedagogia – Ensaio. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, v. 1, Salvador, 2000.

ALVES, N. & GARCIA, R. L. (Org.). O sentido da escola. Rio de Janeiro: CP&A, 1999.

KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1998.

MIRANDA, Simão de. Do fascínio do jogo à alegria de aprender nas séries iniciais. Campinas: Papirus, 2001.

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Ensino Superior

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.0.0

45h

Não possui---

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino superior, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BATITUCI, Graça; MELO, Clélia Márcia de A. A maneira lúdica de ensinar: 4ª série do ensino fundamental. Belo Horizonte: Ed. FAPI, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DIAZ, Alberto Pardo. Educação ambiental como projeto. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

ABRAMOWICZ, Mere. Perspectivas de abordagem do currículo no novo milênio. In: ALBUQUERQUE, Targélia de Souza et. al. Currículo e avaliação: uma articulação necessária – textos e contextos. Recife: Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006.

GIROUX, Henri. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia, Alternativa, 2001.

LOPES, Alice (Org.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURO, Guacira Lopes Louro. Segredos e mentiras do currículo. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio B. O campo do currículo no Brasil: origens e desenvolvimento. In: Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1997.

DISCIPLINA: Didática para a Educação Especial		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.0.0	45h	Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial
EMENTA:		
- Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
AROEIRA, Maria L. C., SOARES, Maria Inês B. e MENDES, Rosa E. A. Didática de pré-escola: brincar e aprender. SP: FTD, 1996.		
AZEVEDO, Maria A. e MARQUES, Maria L. (org.). Alfabetização hoje. SP: Cortez, 2001. BISCOLLA, Vilma Mello. Construindo a alfabetização. São Paulo: Pioneira Thomson Learding, 2002.		
CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		

ANDALÓ, Adriane. Didática da língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. SP: FTD, 2000.

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O processo de alfabetização: novas contribuições. SP: Martins Fontes, 2002.

GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível reinventando o ensino e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

____. Pontos de psicologia do desenvolvimento. SP: Ática, 2004.

ELIAS, Marisa D. C. Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1998.

____. Pedagogia de Freinet: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

DISCIPLINA: Planejamento educacional individualizado I: Avaliação

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Revisão de medidas, teoria e práticas de avaliação de problemas desenvolvimentais; Técnicas de triagem e avaliação para determinação da elegibilidade a serviços de apoio; Avaliação para o planejamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

CANZIANI. Plano Nacional de Educação Especial: mensagem da APA. Abril-junho, 1989. p. 38-43.

COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRA. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência.

AMARILIAN. Psicologia do excepcional. São Paulo: EPU, 1986.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO. Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade. São Paulo: UNIDEF, CORDE e APAE, 1984.

KIRK, S. A., GALLAGHER, J. J. Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TELFORD, C. H., SAWREY, J. O indivíduo excepcional. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

DISCIPLINA: Atividade Curricular Extensionista V: Novas formas de aprender

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Uma nova concepção de proteção às pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1997.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Corde. Brasília, 1996.

BRASIL – Decreto 3.298/99 – Política Nacional de atenção à pessoa portadora de deficiência.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social (SAS). Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretária de Assistência Social (SAS). Atenção à pessoa portadora de deficiência na área de assistência social, Brasília, 1996.

BICKERSTAFF, Edwin R. Exame do Paciente Neurológico. 1ª edição Brasileira. 1984. Editora Livraria Atheneu. São Paulo.

Belisário Filho, José Ferreira. Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Histórico da Conceituação de deficiência física. Principais características da deficiência física; o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física, acessibilidade ao currículo escolar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

AMARILIAN. Psicologia do excepcional. São Paulo: EPU, 1986.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO. Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade. São Paulo: UNIDEF, CORDE e APAE, 1984.

CANZIANI. Plano Nacional de Educação Especial: mensagem da APA. Abril-junho, 1989. p. 38-43.

COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRA. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

Schirmer, Carolina. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: MEC, 2007.

Giacomini, Lilia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: ministério da educação, 2010.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia (Org.). Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 3. ed. São Paulo: EPU, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DISCIPLINA: Ensino de ciências para pessoas com deficiência

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

1.3.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Abordagem conceitual e metodológica de fenômenos físicos, químicos, biológicos e geológicos para os alunos com necessidades especiais. Vida e ambiente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
CANDAU, Vera Maria (Org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia (Org.). Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.		
GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC edições, 1999.		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
ANDRÉ, M.; ELIZA, D. A. de. Etnografia da prática escolar. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.		
_____. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Líber Editora, 2005.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 1989. Coletânea de normas. Atualização vigorando a partir de 30 jan., 2006.		
LÜDKE, Menga (Coord.) O professor e a pesquisa. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2006.		
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.		

DISCIPLINA: Planejamento educacional individualizado II: intervenções		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Planejamento educacional individualizado I: Avaliação

EMENTA:

Implementação e avaliação de programas de ensino; delineamentos experimentais de sujeito único, monitoração do progresso do estudante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**No mínimo 03(três)**

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. SP: Cortez, 2000.

MAROTE, J. T. D'Olim; FERRO, Gláucia D. M. Didática da língua portuguesa. SP: Ática, 2003

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. SP: Brasiliense, 2000.

RAMOS, Rossana. 200 dias de leitura e de escrita na escola. SP: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**No mínimo 05(cinco)**

ANDALÓ, Adriane. Didática de língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra – mundo. SP: FTD, 2000.

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. SP: Parábola, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, MEC, SEF, 1998.

GERALDI, João E. (Org.). O texto na sala de aula. SP: Ática, 2000.

KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de texto. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RICHE, Rosa & HADDAD, Luciane. Oficina da palavra: ler e escrever bem para viver melhor. São Paulo: FTD, 1990.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRAVÁGLIA, L. C. Metodologia e prática do ensino de língua portuguesa. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

DISCIPLINA: Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---
EMENTA: <p>Alfabetização e Letramento. Função Social da escrita e da leitura para as pessoas com deficiência. Apropriação da Língua escrita. Aprendizagem da Leitura e da escrita. Conteúdo e metodologia da leitura e da escrita.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>No mínimo 03(três)</p> <p>ANDALÓ, Adriane. Didática da língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo. SP: FTD, 2000. (Conteúdo e metodologia).</p> <p>AZEVEDO, Maria A. e MARQUES, Maria L. (org.). Alfabetização hoje. SP: Cortez, 2001. BISCOLLA, Vilma Mello. Construindo a alfabetização. São Paulo: Pioneira Thomson Learding, 2002.</p> <p>CÓCCO, Maria Fernandes e HAILER, Marco Antônio. Didática da alfabetização: decifrar o mundo: alfabetização e socioconstrutivismo. SP; FTD, 1996. (Conteúdo e metodologia).</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>No mínimo 05(cinco)</p> <p>AROEIRA, Maria L. C., SOARES, Maria Inês B. e MENDES, Rosa E. A. Didática de pré-escola: brincar e aprender. SP: FTD, 1996.</p> <p>FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986.</p> <p>GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. O processo de alfabetização: novas contribuições. SP: Martins Fontes, 2002.</p> <p>GOODMAN, Yetta M. (Org.). Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.</p> <p>MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível reinventando o ensino e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.</p>		

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Pontos de psicologia do desenvolvimento. SP: Ática, 2004.

ELIAS, Marisa D. C. Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pedagogia de Freinet: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Especial I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.10	150h	Não possui---

EMENTA:

Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia de espaços onde se desenvolve a ação educativa, juntamente com o professor do serviço especializado escolhido

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios supervisionados. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Org.). et all. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 12. ed. Campinas; SP: Papirus, 2006.

MOURA, Dácio G; BARBOSA, Eduardo F. Trabahando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Não possui---
EMENTA: Histórico da Conceituação de deficiência visual; Braille, orientação e mobilidade, educação de pessoas com cegueira; educação de pessoas com baixa-visão. Conhecer, analisar e refletir sobre as abordagens e as tendências da educação do deficiente visual em direção a uma prática transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a participação deste alunado na escola, na família e na sociedade. Conhecimento do Braille		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) Domingues, Celma dos anjos. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual, baixa visão e cegueira. Brasília: ministério da educação, 2010. Sa, Elizabeth dias. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. São Paulo: MEC, 2007. COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 198.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982.

LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DISCIPLINA: Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---

EMENTA:

A diversidade humana e o processo de ensino-aprendizagem da Matemática. Estratégias pedagógicas específicas para o ensino da Matemática integrados em salas de aula do ensino regular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FRAGA, Maria Lúcia. A matemática na escola primária: uma observação do cotidiano. SP: EPU, 1998 (Temas básicos de educação e ensino).

MORAES, André M. R. et al. Jogos matemáticos: um incentivo à descoberta da matemática. Rio Grande do Sul: USININOS, sd.

RÊGO, Rogéria G. do e RÊGO, R. M. do. Matematicativa. João Pessoa: INEP, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

RANDILHA, Daniela e SPLENDORE, Leila. Matemática já não é problema! SP: Cortez, 2006.

KAMMI, Constance. A criança e o número. São Paulo: Papirus, 1993.

LEDUR, Elsa Alice et al. Metodologia do ensino-aprendizagem da matemática nas séries iniciais do 1o grau. Rio Grande Sul: UNISINOS, 1991.

LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção matemática. Campinas, SP; Autores Associados, 2006 (Coleção Formação de Professores).

MOYSÉS, Lúcia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

PANIZZA, Mabel (org.). Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RUBINSTEIN, Cléa et al. Matemática para o curso de formação de professores de 1a a 4a série do 1o grau. SP: Moderna, 1991.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Ática, 1996. HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. SP: Ática, 2003.

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Introdução ao estudo das tecnologias para a comunicação da informação; meios de registros da informação; meios de divulgação da informação, e ferramentas de tecnologia de comunicação da informação (rede computacional, Internet, etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982.

ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Apoio educacional especializado: Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

4.0.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino no sistema EJA, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação em três atos. SP: Editora SENAC, 2001.

FERNANDES, Maria E. Araújo. Avaliação institucional da escola e do sistema educacional – base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CARVALHO FILHO, E.T. & PAPALÉO NETTO, M. Geriatria: Fundamentos, Clínica e Terapêutica. Editora Atheneu, 1994.

FREITAS, E. V. Et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GALLO, J. J. et al. Reichel / Assistência ao Idoso – Aspectos Clínicos do Envelhecimento. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. RJ: Vozes, 1995.

_____. Planejamento como prática educativa. SP: Loyola, 2000.

_____ A prática do planejamento participativo: da educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. RJ: Vozes, 2002.

IBIAPINA, Ivana M. L. de M.(Org.). Formação de professores: texto e contexto. BELO Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

TOSI, M. R. Planejamento, programas e projetos. Campinas, SP: Alínea, 2001.

VIEIRA, Soffia L. Política e planejamento educacional. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

DISCIPLINA: Trabalho de conclusão de curso I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa escolhido pelo graduando; até a conclusão da etapa de coleta de dados		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (colab.) Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 2001;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Graftipo, 1999;

CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999;

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Especial II

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado em Educação Especial I

EMENTA:

Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia das classes. Organização de uma proposta de trabalho para o serviço especializado escolhido. Execução da proposta elaborada, devidamente acompanhada/o do professor/responsável e do supervisor de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

No mínimo 03(três)

FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios supervisionados. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Org.). et all. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 12. ed. Campinas; SP: Papirus, 2006.

MOURA, Dácio G; BARBOSA, Eduardo F. Trabahando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	- Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação
EMENTA:		
Revisão da área de Tecnologias Assistivas (TA) e seu uso. Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas e da eficácia dos recursos. Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos recursos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		

LIMA, F. O. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

SANT'ANNA, I. M; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

COBURN, P. Informática na educação. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

FERREIRA, O. M. C; SILVA JÚNIOR, P. D. da. Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem. SP: EPU, 1986.

_____. Recursos audiovisuais para o ensino. São Paulo: Pedagógica, 1982.

ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARRA, N; PARRA, I. C. da C. Técnicas audiovisuais de educação. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.

PENTEADO, H. D. Televisão e escola: conflitos ou cooperação? São Paulo, SP: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Ensino da leitura e escrita na cegueira e baixa visão

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

1.3.0

60h

Não possui---

EMENTA:

Revisão da área de comunicação alternativa aumentativa (CAA) e seu uso. Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de CAA. Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de CAA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três)		
DROUET, R. C. R. Distúrbios de aprendizagem. São Paulo: Ática, 2003.		
FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.		
DROUET, R. C. R. Distúrbios de aprendizagem. São Paulo: Ática, 2003.		
FAGALI, E. Q.; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
No mínimo 05(cinco)		
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? São Paulo, Cortez, 1995.		
FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século. Petrópolis:Vozes,1998.		
_____.Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo,Cortez:1996.		
MENDES, Sonia Regina. Educação e Trabalho: elementos para reflexão sobre o papel da escola. In: Série Documentos, nº 01. Florianópolis: Núcleo de Publicações - CED - UFSC, 1996.		
WEISS, M. L. L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem. Rio de janeiro: DPCA, 2003.		

DISCIPLINA: Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Não possui---
EMENTA:		
Formas de intervenções com pessoas com múltiplas deficiências e encaminhamento para a prática pedagógica. Intervenção com pessoas surdocegas congêntas e não congêntas; o processo educativo; o papel do mediador, guia e intérprete.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

No mínimo 03(três)

Alves, Carla Barbara. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da educação, 2010.

Sartoretto, Mara Lúcia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da educação, 2010.

Bosco, Ismênia Carolina mota gomes. Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília: ministério da educação, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**No mínimo 05(cinco)**

Silva, Alessandra da. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2010.

Sa, Nidia Regina limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: paulinas, 2010.

Góes, maria Cecília Rafael de. Linguagem surdez e educação. Campinas: autores associados, 2012.

Skliar, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: mediação, 2016.
BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DISCIPLINA: Trabalho de conclusão de curso II**Créditos:**

1.3.0

Carga Horária:

60h

Pré-requisito(s):

Trabalho de conclusão de curso I

EMENTA:

Análise e relato de dados do estudo científico; apresentação oral e escrita do estudo concluído que contemple reflexões teórico-práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**No mínimo 03(três)**

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (colab.) Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 17. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 2001;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

No mínimo 05(cinco)

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASTORINO, O. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Grafitipo, 1999;

CERVO, A. L. E BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996;

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999;

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2000; RUIZ, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Especial III		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado em Educação Especial I e II
EMENTA: Consultoria colaborativa ao professor de ensino regular, de classe inclusiva e/ou instituição especial		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
No mínimo 03(três) FREITAS, Helena Costa L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios supervisionados. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: 2006. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

No mínimo 05(cinco)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. (org.). et all. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 12. ed. Campinas; SP: Papirus, 2006.

MOURA, Dácio G; BARBOSA, Eduardo F. Trabahando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

7 INFRAESTRURA FÍSICA

7.1 Instalações, equipamentos

As instalações da UFDPAr estão distribuídas em dois setores que se subdividem em blocos, numerados de 01 a 17, os quais contemplam: Instalações administrativas, incluindo as Coordenações de Cursos; Centros acadêmicos; Diretório estudantil; Salas de aulas; Laboratórios; Auditório; Salas de videoconferência; Biblioteca; Escola de aplicação; Empresas juniores; Vestiários; Banheiros; Quadra de esportes; prédio de gabinetes de docente com quatro pavimentos contendo área de convivência e lanchonete e o prédio para o curso de medicina com cinco pavimentos totalmente estruturados com laboratórios, salas de aula, salas de conferência e uma caixa d'água com capacidade para 60 mil litros; além do Restaurante Universitário.

O Campus de Parnaíba conta, atualmente, com 25 salas de aula, com área de 70 m² cada uma, com capacidade para 60 alunos. As salas são climatizadas e possuem quadros de acrílico e Datashow fixo para reprodução de conteúdos, portas contendo visor de vidro, mesa de apoio e lixeira. Atendem aos requisitos de conservação, limpeza, iluminação e acústica. Existe elevador para acesso ao andar das salas, permitindo a mobilidade adequada até as respectivas salas. Os elevadores são liberados permanentemente para portadores de necessidades especiais e o piso dos corredores estão adequados a mobilidade de cadeirantes, conforme normas de acessibilidade. Existem nos corredores de acesso a todas as alas da universidade, bebedouros adequados aos padrões sanitários e de fácil acesso e sinalização. Existem espaços externos para convívio de todos os alunos.

O Campus de Parnaíba possui, atualmente, 40 (quarenta) salas de trabalho (gabinetes) climatizadas para uso docente, cada uma com área de 12 m². Estas salas possuem ponto de acesso à internet com e sem fio, mesas, cadeiras e armários individuais. Nestas, há disponibilidade de computadores, adquiridos com recursos da própria instituição, para uso dos professores. Os docentes de dedicação exclusiva contam com salas próprias, com cadeiras, mesas, armários e conexão cabeada com a internet. A coordenação de cada

curso de graduação e pós-graduação conta com espaço adequado as necessidades acadêmicas, com disponibilização de computador, notebook, mesas, cadeiras, armários, sala de reunião e secretaria.

Existem, atualmente, 16 (dezesesseis) laboratórios para a realização de atividades didáticas, de pesquisa ou extensão no Campus de Parnaíba. São eles: Laboratórios de Anatomia, Microscopia, Limnologia, Zoologia, Botânica, Ecologia, Tecnologia do Pescado, Ciências Fisiológicas, Histologia, Bioquímica (Biotec), Genética e Biologia Molecular, Microbiologia, Parasitologia e Urinálise, Células e Moléculas, todos climatizados e equipados de forma a atender às necessidades. Atualmente o Campus de Parnaíba dispõe dos Laboratórios de Informática (I, II, e III), os quais atendem a todos os cursos de graduação do Campus.

A secretaria acadêmica geral fica localizada em Hall de fácil acesso na área central de entrada da universidade, O ambiente da universidade é agradável e atende não somente a comunidade acadêmica, como a comunidade externa.

O Campus Universitário de Parnaíba possui instalações administrativas próprias e pertinentes à ministração dos todos seus cursos de graduação, incluindo um auditório moderno de 120 lugares e dois mini auditórios.

O restaurante universitário atende aos princípios básicos de atendimento ao corpo estudantil e acadêmico. (duas refeições principais são subsidiadas diariamente aos alunos, de segunda a sexta; uma refeição principal subsidiada no sábado). No espaço existem sanitários adequados (femininos, masculinos e especiais para cadeirantes - mobilidades reduzidas), existem banheiros exclusivos para docentes.

Na perspectiva de garantir uma formação articulada com o campo de trabalho e que possa responder às exigências da atualidade, incluindo-se neste particular o contexto das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, o curso de Educação Especial Inclusiva contará com Laboratórios e espaços onde serão desenvolvidas as aulas e demais atividades voltadas para o aluno que possam garantir ao futuro pedagogo os elementos necessários ao domínio desses conhecimentos próprio do campo de sua formação e atuação profissional, bem como, mais especificamente, os domínios das novas tecnologias aplicadas ao processo educacional.

O aspecto da aplicabilidade, ou seja, da concretização da relação orgânica da teoria com a prática, princípio basilar desse currículo terá, necessariamente, no eixo de pesquisa, estágio e atuação do futuro profissional – na escola, o mais importante espaço de execução dessa proposta de formação. Assim, tanto o laboratório da sala de aula, propriamente dito, quanto à escola comporão os espaços privilegiados para o desenvolvimento do curso.

7.2 Instalações da Biblioteca

Com a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a biblioteca passou de Setorial a uma Biblioteca Central. E com isso, a biblioteca pôde administrar os recursos, tendo mais autonomia Administrativa. Atualmente estamos com 4 processos de compras em andamento, são eles: plataforma digital da área da saúde – Dynamed/ EBSCO, Minha Biblioteca (plataforma de e-books), EDS/EBSCO (uma ferramenta de busca que irá integrar todas as bases de dados da Biblioteca, facilitando as pesquisas acadêmicas), Solução Tecnológica RFID de antifurto e autoatendimento, já adquirida a metade dos equipamentos e em processo o restante. Buscando uma forma de dinamizar ainda mais o espaço da biblioteca, foram adquiridos armários inteligentes com acesso digital. Atualmente possui um acervo de aproximadamente 32.000 itens divididos em livros, CD's, DVD's e Trabalhos de Conclusão de Cursos.

Disponibilizando acesso online ao acervo com consultas, reservas entre outros serviços, foi adotado o método de classificação CDD (Classificação Decimal de Dewey), que possibilita a organização do acervo por área de conhecimento. A catalogação é baseada no Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2), podendo outros códigos e normas ser adotados, quando forem convenientes à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços técnicos e tabela de CUTTER é utilizada para classificar o autor. Para melhor otimização e recuperação das informações do acervo, a biblioteca conta com uma equipe capacitada. Sendo 03 bibliotecárias com mestrados dentro da área da Ciência da Informação (Artes, Patrimônio e Museologia) e 04 colaboradores terceirizados em nível médio.

A infraestrutura conta com salão geral de estudos com 78 cabines individuais, 05 salas de estudo em grupo, 01 sala para pesquisas das publicações e Trabalhos de Conclusão de Cursos e 01 salão do acervo, setor administrativo (processamento técnico, referência, restauração, atendimento ao usuário e diretoria).

REFERÊNCIAS

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC,

sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

_____. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape),


por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm

REFERENCIAS

[_http://www.seplan.pi.gov.br/historiaregional](http://www.seplan.pi.gov.br/historiaregional). Acesso em 16 de dezembro de 2023.

ANEXOS

Anexo 1: Portaria n.626/2023 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA


PORTARIA Nº 626, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFOPar, nomeado pela Portaria nº 69, de 26 de janeiro de 2023, do Ministério da Educação - MEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº 23855.006243/2023-30, resolve:

Art. 1º Alterar a Comissão de Elaboração de Proposta para Edital do PARFOR – EQUIDADE, com validade até 30 de março de 2024, com a seguinte composição:

Maria Patrícia Freitas de Lemos, SIAPE nº 1360694, Presidente;
Cledivan Alves dos Santos, SIAPE nº 1380768;
Osmar Rufino Braga, SIAPE nº 1055668;
Lucelia Costa Araújo, SIAPE nº 1305301;
Cloris Violeta Alves Lopes, SIAPE nº 1573177;
Dalva de Araújo Menezes, SIAPE nº 1039532;
Francisca Maria de Sousa, SIAPE nº 3534074;
Helôisa Marques, SIAPE nº 1787376;
Rosana Aquino De Souza, SIAPE nº 1720919;
Valdevane Rocha Araújo, SIAPE nº 1324284; e
Josenildo de Souza E Silva, SIAPE nº 1364260.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga os termos da portaria nº 557 de 16 de outubro de 2023.


JOÃO PAULO SALES MACEDO
Reitor

Anexo 2: Portaria n.626/2023 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 628, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr, nomeado pela Portaria nº 09, de 26 de janeiro de 2023, do Ministério da Educação - MEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº 23855.006243/2023-30, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão para Elaboração de Projeto Político Pedagógico para a implementação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva na Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr para submissão ao Programa Nacional de fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR EQUIDADE associado ao Edital da CAPES Nº23/2023, da forma como segue:

Profa. Dra. Heloisa Marques, SIAPE nº 1787376;

Profa. Dra. Francisca Maria de Sousa, SIAPE nº 3534074;

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos, SIAPE nº 1360694;

Prof. Dr. Cleidivan Alves dos Santos, SIAPE nº 1380768; e

Profa. Dra. Clóris Violeta Alves Lopes, SIAPE nº 1573177.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
Reitor

Anexo 2: Resolução Consepe n.163/2023 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

conforme processo acima mencionado.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 160 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução nº 155/2023, de 27 de outubro de 2023, que autorizou o afastamento de professora da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 14/12/2023 e, considerando:

- o Processo Nº 23855.004834/2023-49

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CONSEPE/ UFDPa Nº 155/2023, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 27/10/2023, que autorizou o afastamento da docente Lidiana Fonseca de Souza Melo, professora do magistério superior, lotada no Curso de Ciências Contábeis, a fim de dar continuidade ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, nível de Doutorado, na FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 20 de julho de 2023, conforme processo acima mencionado.

Universidade Federal do Delta do Parnaíba
BOLETIM DE SERVIÇO ANO IV – Nº 220

19/12/2023

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 161 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução nº 156/2023, de 27 de outubro de 2023, que autorizou o afastamento de professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 14/12/2023 e, considerando:

- o Processo Nº 23855.006669/2023-71

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CONSEPE/ UFDPa Nº 156/2023, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 27/10/2023, que autorizou o afastamento do docente Giosanny Sebaouças Pinto, professor do magistério superior, lotado no Curso de Biomedicina, para, no período de 28 de outubro a 06 de novembro de 2023, participar do 1º workshop da Rede GENOPSYSSEN e do Curso de Desenvolvimento de Ferramentas Analíticas para Detecção de Variações Genéticas, na Universidad Nacional de Rio Cuarto, na Argentina, conforme processo acima mencionado.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 162 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução nº 157/2023, de 20 de novembro de 2023, que aprovou o Calendário Acadêmico do Estágio Obrigatório, em regime de Internato, do Curso de Medicina da UFDPa para o período letivo 2023.2.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 14/12/2023 e, considerando:

- o Processo Nº 23855.007359/2023-65

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução nº 157/2023 - CONSEPE, emitida ad referendum deste Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 20/11/2023, que aprovou o calendário acadêmico de estágio obrigatório/ regime de internato do Curso de Medicina, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa), para o período letivo 2023.2, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação ad referendum em 20 de novembro de 2023.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
REITOR

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 163 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa), a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições ad referendum do mesmo Conselho, e, considerando:

- o Processo Nº 23855.008046/2023-43

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPa, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, vinculado ao Edital Nº 23/2021 CAPES, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa e a necessidade de sua regulamentação.

JOÃO PAULO SALES MACEDO

Anexo 4: Registro de imagem de reunião de planejamento da proposta realizada pela Comissão EEI - UFDPAR



Anexo 5: Registro de imagens das visitas realizadas pela Comissão, as Secretarias de Educação para proposta de parceria



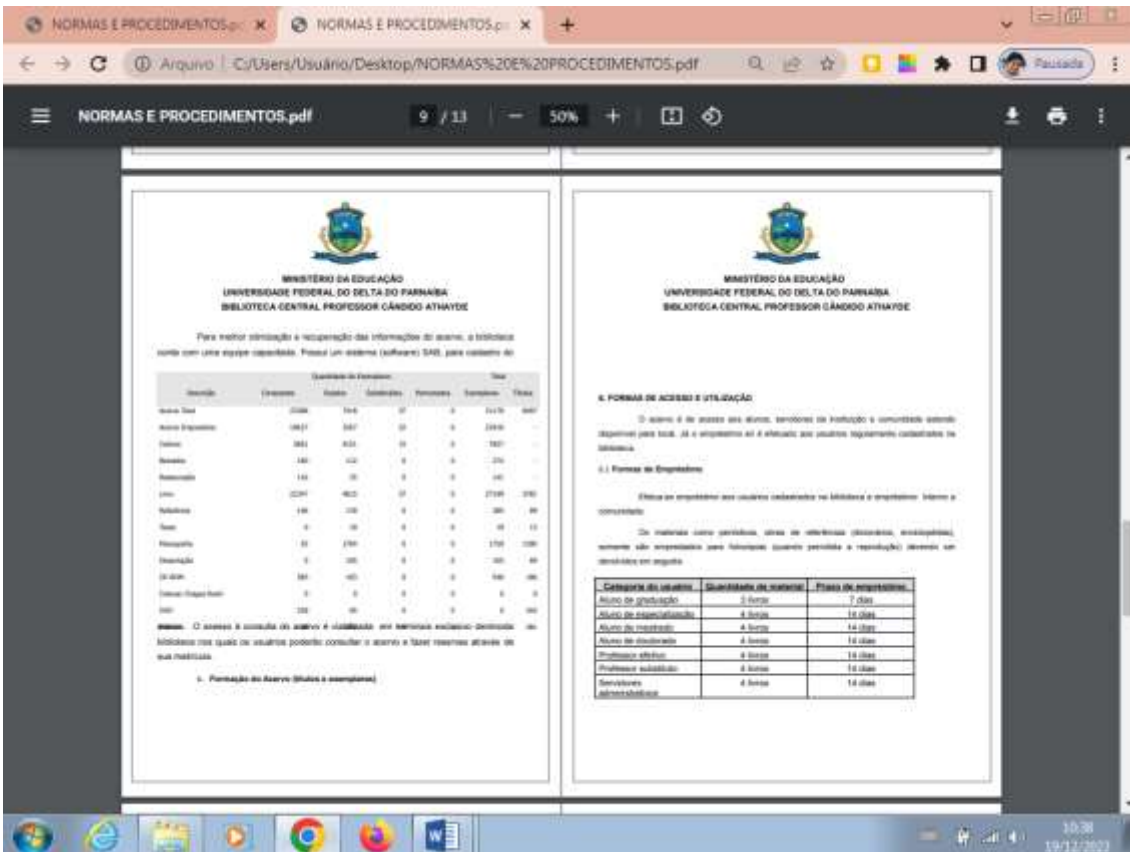




Anexo 4: Registro das informações básicas da Biblioteca Centra.

Fonte: <https://ufdpar.edu.br/ufdpar/paginas/biblioteca/>





Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPar na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Caraúbas do Piauí (PI), 22 de novembro de 2023.



Secretária Municipal de Educação

Daiane Moura Santos
Secretária M. de Educação
Port...115/2023

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPar na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Cajueiro da Praia (PI), 24 de novembro de 2023.



Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Rua Nordeste, Nº 77, Centro, Cajueiro da Praia-PI

E-mail: educacao:cajueiro@hotmail.com

CNPJ: 01.612.620 / 0001 - 44 CEP: 64.222 - 000

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO


M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPar na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Chaval (CE), 24 de novembro de 2023.



Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Maurício Melo Mendes
Secretário de Educação,
Cultura e Desporto
Portaria nº 006/GAB/2021

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPAR na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Cocal (PI), 22 de Novembro de 2023.



Secretária Municipal de Educação

SEC. M. DE EDUCAÇÃO COCAL - PI

Maria de Fatima da Frota

Secretaria de Educação

Portaria Nº 386/2023

Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Rua Domingos Machado, 575 - Bairro São Pedro
CEP 64235-000 - Cocal-PI



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DOS ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
CNPJ nº 30.276.220/0001-03
Av Caboclo Sinhá, s/n, centro - CEP 64238-000



Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPar na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Cocal dos Alves (PI), 22 de novembro de 2023.

Elizete Costa do Amaral
Secretária Municipal de Educação
Cocal dos Alves-Pi

Elizete Costa do Amaral
Secretária Mun. de Educação
CPF: 908.783.613-91 Port: 006/2022
2.114.248 - SSP / PI



Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPAR na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Bom Princípio do Piauí (PI), 22 de novembro de 2023.

Jacyrema Gouvêa de Oliveira

Secretária Municipal de Educação

Jacyrema Gouvêa de Oliveira

Portaria Nº 508/2021

CPF: 773.725.303-34

Sec. Mun. de Educação e Cultura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO/SEMECTI
C.N.P.J: 30.728.420/0001-50

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPar na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

São Bernardo (MA) 13 de novembro de 2023.


Leila Raquel Costa Carvalho
Secretaria Municipal de Educação - SEMECTI
Secretaria Municipal de Educação - SEMECTI
Portaria nº 11/2022

Secretária Municipal de Educação

Avenida Custódio de Almeida Lima, Bairro: centro S/N - São Bernardo - MA

CNPJ: 30.728.420/0001-50

Ofício nº 174/2023 – SEMED

Tutoia (MA), 16 de novembro de 2023.

Ao Ilmo. Senhor

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Av. São Sebastião, 2819 - Nossa Sra. de Fátima,

CEP: 64.202-020 – Parnaíba (PI)

Assunto: Manifestação de interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE)

1. Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPAR na cidade de Parnaíba (PI).

2. Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

3. Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DAISY
FILGUEIRAS
LIMA
BAQUIL:33256
276334

Assinado de forma
digital por DAISY
FILGUEIRAS LIMA
BAQUIL:332562763
34
Dados: 2023.11.16
15:53:19 -03'00'

Daisy Filgueiras Lima Baquil
Secretaria Municipal de Educação de Tutoia (MA)
Secretaria
Portaria nº 001/2021 – CPF: 332.562.763-34

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

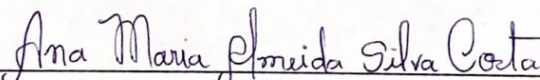
M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPAR na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso, somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Araioses (MA), 13 de novembro de 2023.



Secretária Municipal de Educação

Ofício Nº 0172/2023

Barroquinha/CE, 27 de novembro de 2023.

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

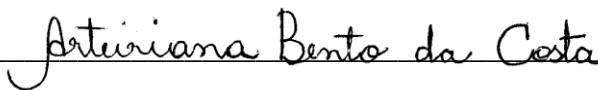
M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPAR na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Arteiriana Bento da Costa

*Secretária de Educação do Município de Barroquinha/Ce
Portaria nº: 009/2021*



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Paulino Neves – PMPN
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ: Nº 01.562.914/0001-09
Av. Dr. Paulo Ramos, s/n, Centro, Paulino Neves - MA.

Ofício Circular nº 137/2023

Paulino Neves, 16 de novembro de 2023.

Ilmo. Sr.


Prof. Dr. JOÃO SALES MACEDO

M.D. Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)

Vimos através deste, manifestar nosso total interesse em aderir aos cursos de licenciaturas que serão ofertados pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), os quais funcionarão na sede da UFDPAR na cidade de Parnaíba (PI).

Vale ressaltar que nossa manifestação de adesão ao programa, justifica-se pelo fato de reconhecermos que o PARFOR EQUIDADE irá propiciar a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior conforme área de atuação, aos professores que atuam junto aos indígenas, quilombolas e pessoas do campo, bem como, na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de Educação Básica de nosso município, contribuindo assim de forma efetiva na formação inicial e continuada, bem como, na melhoria da qualidade da prática educativa desenvolvidos pelos nossos professores, além disso somos conscientes que através da qualificação de nossos docentes é possível efetivarmos a oferta de uma educação de qualidade, humanizada, humanizadora e inclusiva aos nossos alunos e seus familiares.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição e apresentamos votos de estima e consideração.


Nilce Nely Oliveira Bezerra
Secretária de Educação
Paulino Neves/MA
Portaria nº 10/2021

NILCE NELY OIVEIRA BEZERRA
Secretária Municipal de Educação